

## ALEXIS DE TOCQUEVILLE

Quem procura na liberdade outra coisa que não seja a própria liberdade é feito para servir.

*L'Ancien Régime et la Révolution,*  
I, III, 3, p. 217.

Em geral Tocqueville não figura entre os inspiradores do pensamento sociológico. Essa falta de reconhecimento de uma obra importante me parece injusta.

Contudo, tenho outra razão para analisar seu pensamento. Ao analisar o pensamento de Montesquieu, como o de Auguste Comte e Marx, coloquei no centro de minhas análises a relação entre os fenômenos econômicos e o regime político, ou o Estado, partindo regularmente da interpretação que esses autores davam à sociedade em que viviam. O diagnóstico do presente constituía o fato básico a partir do qual tentava interpretar o pensamento desses sociólogos. Neste particular, porém, Tocqueville difere tanto de Comte como de Marx. Em vez de pintar a preponderância do fato industrial, como Comte, ou do fato capitalista, como Marx, ele atribui primazia ao fato democrático.

Uma última razão da minha escolha é o modo como o próprio Tocqueville concebe sua obra, ou seja, em termos modernos, o modo como concebe a sociologia. Tocqueville parte da determinação de certos traços es-

truturais das sociedades modernas para a comparação das diversas modalidades dessas sociedades. Comte observava a sociedade industrial e, sem negar que ela comporta diferenças secundárias, de acordo com as nações e os continentes, acentuava as características comuns a todas as sociedades industriais. Tendo definido a sociedade industrial, pensava ser possível, a partir dessa definição, indicar as características da organização política e intelectual de qualquer sociedade industrial. Marx definiu o regime capitalista e descreveu certos fenômenos que, segundo ele, seriam encontráveis em todas as sociedades capitalistas. Comte e Marx concordam, portanto, quando insistem nos traços genéricos de toda sociedade, seja industrial, seja capitalista, subestimando contudo a margem de variação da sociedade industrial ou do regime capitalista.

Tocqueville, ao contrário, constata certas características associadas à essência de toda sociedade moderna, ou democrática, mas acrescenta que, a partir desses fundamentos comuns, há uma pluralidade de regimes políticos possíveis. As sociedades democráticas são liberais ou despóticas; podem e devem assumir características distintas nos Estados Unidos e na Europa, na Alemanha e na França. Tocqueville é o sociólogo comparativista por excelência; procura identificar o que é importante, confrontando espécies de sociedade pertencentes a um mesmo gênero ou a um mesmo tipo.

Nos países anglo-saxões Tocqueville é considerado um dos mais importantes pensadores políticos, comparável a Montesquieu no século XVIII. Na França, porém, nunca foi objeto de interesse por parte dos sociólogos, porque a moderna escola de Durkheim se originou da obra de Auguste Comte. Por isso os soció-

logos franceses acentuaram os fenômenos da estrutura social, em detrimento dos fenômenos das instituições políticas. Provavelmente pelo mesmo motivo, Tocqueville não costuma figurar, na França, na lista dos grandes mestres.

### Democracia e liberdade

Tocqueville escreveu dois livros principais: *A democracia na América* e *O Antigo Regime e a Revolução*. Posteriormente foi publicado um volume de memórias da Revolução de 1848 e da sua passagem pelo Ministério dos Assuntos Estrangeiros, como também sua correspondência e discursos. O essencial, contudo, são os dois grandes livros citados: um sobre os Estados Unidos da América, o outro sobre a França, que constituem, por assim dizer, as duas partes de um díptico.

O livro sobre os Estados Unidos da América procura responder à seguinte indagação: por que nos Estados Unidos a sociedade democrática é liberal? *O Antigo Regime e a Revolução* pergunta: por que a França encontra tanta dificuldade, no curso da sua evolução rumo à democracia, para manter um regime político de liberdade?

Precisamos, portanto, definir inicialmente a noção de democracia, ou de sociedade democrática, que se encontra em toda a obra de Tocqueville, do mesmo modo como definimos preliminarmente a noção de sociedade industrial em Auguste Comte e a de capitalismo em Marx.

Essa tarefa apresenta alguma dificuldade; já se disse que Tocqueville empregava constantemente a noção de sociedade democrática, sem nunca defini-la com rigor.

Quase sempre ele emprega essa expressão para designar um certo tipo de sociedade, mais do que um certo tipo de poder. Há um texto de *De la démocratie en Amérique* bastante revelador da maneira de Tocqueville:

Se vos parece útil desviar a atividade intelectual e moral do homem para atender às necessidades da vida material, empregando-a na produção do bem-estar: se a razão vos parece mais útil aos homens do que o gênio; se vossa finalidade não é criar virtudes heróicas, mas hábitos tranquilos; se tendes preferência por ver vícios em vez de crimes, e se preferis encontrar menos ações grandiosas a fim de encontrar menos ações hediondas; se, em lugar de agir no seio de uma sociedade brilhante, vos parece suficiente viver no meio de uma sociedade prosa; se, por fim, o objetivo principal do governo não é, segundo vossa opinião, dar a maior força ou a maior glória possível a todo o corpo da nação, mas sim garantir a cada um dos indivíduos que a compõem o maior bem-estar, resguardando-o da miséria, neste caso, deveis igualizar as condições, para constituir o governo democrático. Se não há mais tempo de fazer uma escolha, e uma força superior à do homem vos arrasta, sem consultar vossos desejos, a um dos dois tipos de governo, procurai, pelo menos, extrair dele todo o bem de que é capaz; conhecendo seus bons instintos, e também suas más inclinações, esforçai-vos por promover os primeiros e restringir estas últimas. (O. C., t. I, vol. 1, p. 256.)

Este texto, muito eloquente, repleto de antíteses retóricas, é característico do estilo, da linguagem e, diria mesmo, do fundo do pensamento de Tocqueville.

A seus olhos, a democracia consiste na igualização das condições. Democrática é a sociedade em que não subsistem distinções de ordens e de classes; em que to-

dos os indivíduos que compõem a coletividade são socialmente iguais, o que não significa que sejam intelectualmente iguais, o que é absurdo, ou economicamente iguais, o que, para Tocqueville, é impossível. A igualdade social significa a inexistência de diferenças hereditárias de condições; quer dizer que todas as ocupações, todas as profissões, dignidades e honrarias são acessíveis a todos. Estão portanto implicadas na idéia da democracia a igualdade social e, também, a tendência para a uniformidade dos modos e dos níveis de vida.

Mas, se essa é a essência da democracia, compreende-se que o governo adaptado a uma sociedade igualitária seja aquele que, em outros textos, Tocqueville chama de governo democrático. Se não há uma diferença essencial de condição entre os membros da coletividade, é normal que a soberania pertença ao conjunto dos indivíduos.

Volta-se a encontrar assim a definição de democracia de Montesquieu e dos autores clássicos. O conjunto do corpo social é soberano, porque a participação de todos na escolha dos governantes e no exercício da autoridade é a expressão lógica de uma sociedade democrática, isto é, de uma sociedade igualitária.

Além disso, uma sociedade dessa ordem, em que a igualdade constitui a lei social, e a democracia o caráter do Estado, é também uma sociedade que tem por objetivo prioritário o bem-estar do maior número possível. É uma sociedade que não tem por objeto o poder ou a glória, mas sim a prosperidade e a tranquilidade; uma sociedade que chamáramos de pequeno-burguesa. Descentente de uma grande família, Tocqueville oscila, nos seus julgamentos a respeito da sociedade democrática, entre a severidade e a indulgência, entre uma reticência do seu coração e uma adesão hesitante da sua razão<sup>1</sup>.

Se essa é a característica da sociedade democrática moderna, creio que se pode compreender o problema central de Tocqueville a partir de Montesquieu, autor que o próprio Tocqueville confessou ter tomado como modelo ao escrever *A democracia na América*. O problema central de Tocqueville é o desenvolvimento de um dos problemas formulados por Montesquieu.

Segundo este último, a república e a monarquia podem ser regimes moderados, com a preservação da liberdade, enquanto o despotismo, isto é, o poder arbitrário de uma só pessoa, não é um regime moderado, e não pode sê-lo. Contudo, entre os dois regimes moderados, a república e a monarquia, há uma diferença fundamental: a igualdade é o princípio das repúblicas antigas, e a desigualdade das classes (*ordres*) e das condições constitui a essência das monarquias modernas, ou pelo menos da monarquia francesa. Montesquieu considerava, portanto, que a liberdade pode ser preservada de acordo com dois métodos, ou em dois tipos de sociedade: as pequenas repúblicas da Antiguidade, cujo princípio era a virtude, e nas quais os indivíduos eram e deviam ser o mais iguais possível; as monarquias modernas, que são grandes Estados cujo princípio é a honra, e em que a desigualdade de condições é, por assim dizer, a própria condição de liberdade. Com efeito, na medida em que cada um se julga obrigado a permanecer fiel aos deveres da sua condição, o poder do soberano não se corrompe em poder absoluto e arbitrário. Em outras palavras, na monarquia francesa, tal como a concebe Montesquieu, a desigualdade é o motor e a garantia da liberdade.

Contudo, estudando a Inglaterra, Montesquieu tinha examinado o regime representativo, fenômeno novo

para ele. Constatara que naquele país a aristocracia se dedicava ao comércio, mas nem por isso se corrompia. Tinha visto uma monarquia liberal, baseada na representação e no primado da atividade mercantil.

O pensamento de Tocqueville pode ser considerado como o desenvolvimento da teoria de Montesquieu sobre a monarquia inglesa. Escrevendo depois da Revolução, Tocqueville não pode conceber que a liberdade dos modernos tenha como fundamento e garantia a desigualdade das condições, desigualdade cujos fundamentos intelectuais e sociais desapareceram. Seria insensato querer restaurar a autoridade e os privilégios de uma aristocracia que fora destruída pela Revolução.

A liberdade dos modernos, para falar à maneira de Benjamin Constant, já não se pode fundamentar, como Montesquieu sugeriu, na distinção das classes e dos estados. A igualdade das condições se tornou o fato mais importante da sociedade<sup>2</sup>.

A tese de Tocqueville é, então, esta: a liberdade não pode se fundamentar na desigualdade; deve assentar-se sobre a realidade democrática da igualdade de condições, salvaguardada por instituições cujo modelo lhe parecia existir na América.

Mas que entendia Tocqueville por liberdade? Tocqueville não escrevia à maneira dos sociólogos modernos, e não nos deixou uma definição por critérios. Creio, porém, que não é difícil precisar, de acordo com as exigências científicas do século XX, o que entendia por liberdade. Penso, aliás, que sua concepção se aproxima muito da de Montesquieu.

O primeiro termo que constitui a noção de liberdade é a ausência de arbitrariedade. Quando o poder só é exercido de acordo com as leis, os indivíduos gozam

de segurança. Mas é preciso desconfiar dos homens, e, como ninguém tem a virtude necessária para exercer o poder absoluto sem se corromper, é preciso não dar o poder absoluto a ninguém. Torna-se necessário, como diria Montesquieu, que o próprio poder imponha limites ao poder; que haja uma pluralidade de centros de decisão, de órgãos políticos e administrativos, equilibrando-se uns aos outros. E, como todos participam da soberania, é necessário que os que exercem o poder sejam, de certo modo, os representantes ou os delegados dos governados. Em outras palavras, é necessário que o povo, tanto quanto lhe seja materialmente possível, se governe a si mesmo.

O problema de Tocqueville pode, pois, ser resumido assim: em que condições uma sociedade em que o destino dos indivíduos tende a ser uniforme pode evitar o despotismo? Ou ainda: como compatibilizar a igualdade e a liberdade? Tocqueville, porém, pertence ao pensamento sociológico tanto quanto à filosofia clássica, da qual deriva por intermédio de Montesquieu. Remonta pois ao estudo da sociedade para compreender as instituições da política.

Antes de ir mais longe, convém analisar a interpretação que Tocqueville deu daquilo que aos olhos de seus contemporâneos, Auguste Comte ou Marx, era essencial, porque tal interpretação determina a compreensão exata do seu pensamento.

Pelo que sei, Tocqueville não conheceu a obra de Auguste Comte; seguramente ouviu referências a ela, mas as idéias de Comte não parecem ter tido nenhuma influência no seu pensamento. Quanto às obras de Marx, também não creio que as tenha conhecido. O *Manifesto comunista* era mais célebre em 1848 do que em 1848. Em 1848 não passava de um panfleto de um emi-

grado político, refugiado em Bruxelas; não há nenhuma prova de que Tocqueville tenha tido contato com esse panfleto obscuro, que teve depois tão grande carreira.

É evidente, porém, que Tocqueville se referiu aos fenômenos que Comte e Marx consideravam essenciais, a saber, a sociedade industrial e o capitalismo.

Tocqueville concorda com Comte e com Marx a respeito do fato, por assim dizer, evidente, de que as atividades privilegiadas das sociedades modernas são a comercial e a industrial. É o que afirma a respeito dos Estados Unidos da América, e não duvida de que a tendência seja a mesma na Europa. Embora não se expresse da mesma maneira de Saint-Simon ou Auguste Comte, ele também opõe as sociedades do passado, em que predominava a atividade militar, às sociedades do seu tempo, cujo objetivo e missão eram o bem-estar do maior número possível de pessoas.

Escreveu muitas páginas sobre a superioridade da América em matéria de indústrias e nunca deixou de perceber a característica mais importante da sociedade americana<sup>3</sup>. Contudo, quando mostra essa predominância da atividade comercial e industrial, Tocqueville a interpreta essencialmente com relação ao passado e com relação ao seu tema central, que é o da democracia.

Esforça-se, então, por demonstrar que a atividade industrial e comercial não pode reconstruir uma aristocracia do tipo tradicional. A desigualdade da sorte, implicada pela atividade comercial e industrial, não lhe parece contradizer a tendência igualitária das sociedades modernas.<sup>4</sup>

Em primeiro lugar, a riqueza comercial, industrial e imobiliária é, se podemos dizer assim, móvel. Não se cristaliza em famílias que mantêm situação privilegiada através das gerações.

Por outro lado, entre o industrial e seus operários não se criam laços de solidariedade hierárquica como os que existiam no passado entre os senhores e seus camponeses ou parceiros. Os únicos fundamentos históricos de uma verdadeira aristocracia são a propriedade da terra e a atividade militar.

Por isso, na visão sociológica de Tocqueville, as desigualdades de riqueza, por maiores que sejam, nunca contradizem a igualdade fundamental das condições, característica das sociedades modernas. É verdade que, numa determinada passagem, Tocqueville indica que na sociedade democrática voltará a se constituir uma aristocracia, por meio dos líderes industriais<sup>4</sup>. No conjunto, porém, não acredita que a indústria moderna leve a uma aristocracia. Prefere pensar que as desigualdades de riqueza tenderão a se atenuar à medida que as sociedades modernas se tornem mais democráticas. Crê, sobretudo, que as fortunas industriais e mercantis são muito precárias para originar uma estrutura hierárquica durável.

Em outras palavras, ao contrário da visão catastrófica e apocalíptica do desenvolvimento do capitalismo, própria do pensamento de Marx, Tocqueville sustentava, desde 1835, a teoria semi-entusiástica, semi-resignada, mais resignada do que entusiástica, do *welfare state*, ou do emburguesamento generalizado.

É interessante confrontar essas três visões, a de Comte, a de Marx e a de Tocqueville. Uma era a visão organizadora daqueles que hoje chamamos de tecnocratas; a outra, a visão apocalíptica dos que, ontem, eram revolucionários; a terceira, a visão mitigada de uma sociedade em que cada um possui alguma coisa, e em que todos, ou quase todos, estão interessados na conservação da ordem social.

Pessoalmente, creio que, dessas três visões, a que mais se aproxima das sociedades européias ocidentais dos anos sessenta é a de Tocqueville. Para ser justo, é preciso acrescentar que a sociedade européia dos anos trinta tinha uma tendência a se aproximar da visão de Marx. Resta em aberto, portanto, a questão de saber qual das três visões se parecerá mais com a sociedade européia dos anos noventa.

### A experiência americana

No primeiro tomo de *A democracia na América*, Tocqueville enumera as causas que tornam a democracia americana liberal. Essa enumeração nos permite precisar qual é a teoria dos determinantes sociais que ele assume.

Tocqueville enumera três tipos de causas segundo um método que lembra bastante o de Montesquieu:

- a situação acidental e particular em que se encontra a sociedade americana;
- as leis;
- os hábitos e costumes.

A situação acidental e particular inclui tanto o espaço geográfico em que se estabeleceram os imigrantes vindos da Europa como a ausência de Estados vizinhos – isto é, de Estados inimigos que inspirassem temor. Até o momento em que Tocqueville a observa, a sociedade norte-americana conheceu situação excepcionalmente favorável, com o mínimo de obrigações diplomáticas e o mínimo de riscos militares. Ao mesmo tempo, essa sociedade foi instituída por homens que, equipa-

dos com todo o instrumental tecnológico de uma civilização desenvolvida, ocuparam um espaço muito amplo. É uma situação sem equivalente na Europa, e constitui uma das explicações para a inexistência de uma aristocracia e o primado da atividade industrial.

De acordo com uma teoria da sociologia moderna, a formação das aristocracias ligadas à terra tem como condição a escassez da terra. Ora, na América o espaço era tão amplo que a propriedade aristocrática não pôde se constituir. Encontramos esta idéia em Tocqueville no meio de muitas outras, e não creio que para ele representasse a explicação fundamental.

Com efeito, Tocqueville acentua sobretudo o sistema de valores dos imigrantes puritanos, sobre o seu duplo sentido da igualdade e da liberdade, e esboça uma teoria segundo a qual as características de uma sociedade decorrem das suas origens. A sociedade norte-americana teria conservado o sistema moral dos seus fundadores, os primeiros imigrantes.

Tocqueville, como bom discípulo de Montesquieu, estabelece uma hierarquia entre esses três tipos de causas, a situação geográfica e histórica pesou menos do que as leis, e as leis foram menos importantes do que os hábitos, os costumes e a religião. Nas mesmas condições, mas com outros costumes e outras leis, teria surgido uma outra sociedade. As condições geográficas e históricas que analisa são apenas circunstâncias favoráveis. As verdadeiras causas da liberdade de que goza a democracia americana são as boas leis e, mais ainda, os hábitos, os costumes e as crenças, sem as quais não pode haver liberdade.

A sociedade americana não pôde representar um modelo para as sociedades europeias, mas pôde dar-lhes

uma lição, mostrando como a liberdade é salvaguardada numa sociedade democrática.

Os capítulos dedicados por Tocqueville às leis americanas podem ser estudados sob dois pontos de vista. De um lado, pode-se perguntar em que medida Tocqueville compreendeu exatamente o funcionamento da constituição americana da sua época, e em que medida previu as transformações por que passaria. Em outras palavras, há um tema de estudo possível, interessante e legítimo, que seria a confrontação da interpretação de Tocqueville com as interpretações correntes na sua época, ou as de hoje<sup>5</sup>. Deixarei de lado, aqui, esse tipo de estudo.

O segundo método possível consiste em identificar simplesmente as grandes linhas da interpretação de Tocqueville sobre a constituição americana, para daí tirar uma significação com respeito ao problema sociológico geral: quais são, numa sociedade democrática, as leis mais propícias à salvaguarda da liberdade?

Antes de mais nada, Tocqueville insiste nos benefícios que proporciona aos Estados Unidos o caráter federativo de sua constituição. Uma Constituição federativa pode, de certo modo, combinar as vantagens dos grandes e dos pequenos Estados. Em *O espírito das leis*, Montesquieu já tinha desenvolvido esse princípio, que permite dispor da força necessária para a segurança do Estado sem os males das grandes concentrações humanas.

Em *La démocratie en Amérique*, Tocqueville escreve:

Se não existissem grandes nações, só pequenas, a humanidade seguramente seria mais livre e feliz; contudo, não se pode fazer com que não haja grandes na-

ções. Isto introduz no mundo um novo elemento de prosperidade nacional, que é a força. Que importa se um povo apresenta imagem de bem-estar e liberdade se está exposto todos os dias à pillagem ou conquistista? Que importa se é industrial ou comerciante, se um outro domina os mares, impondo sua lei sobre todos os mercados? As nações pequenas são muitas vezes miseráveis, não por serem pequenas, mas porque são fracas; as grandes são prósperas, não por serem grandes, mas por serem fortes. Portanto, a força é muitas vezes uma das primeiras condições de felicidade e até mesmo de existência das nações. Disto decorre que, a menos que haja circunstâncias particulares, as pequenas nações terminam sempre por serem anexadas pela violência às grandes; ou então se voltam voluntariamente para essa união. Não conheço condição mais deplorável do que a de um povo que não pode bastar-se, nem defender-se.

O sistema federativo foi criado para juntar as vantagens diferentes que resultam da grande e da pequena extensão das nações. Basta lançar os olhos sobre os Estados Unidos da América para perceber todos os benefícios que lhes traz a adoção de tal sistema. Entre as grandes nações centralizadas, o legislador está obrigado a atribuir às leis um caráter uniforme, que não comporta a diversidade dos lugares e dos costumes; como nunca está instruído a respeito dos casos particulares, só pode proceder por meio de regras gerais. Os homens são obrigados, assim, a se curvar às necessidades da legislação, pois esta não sabe como se acomodar às necessidades e aos costumes dos homens, o que corresponde a uma causa importante de dificuldades e de miséria. Este inconveniente não existe nas confederações. (O. C., t. I, vol. 1, pp. 164-5.)

Tocqueville manifesta, portanto, um certo pessimismo a respeito da possibilidade da existência das peque-

nas nações que não têm a força necessária para se defender. É curioso reler hoje esta passagem; perguntamos, em razão dessa visão das coisas humanas, o que ele diria do grande número de nações, incapazes de se defender, que surgiram no mundo. É possível que revisse sua fórmula geral, acrescentando que as nações pequenas podem sobreviver, desde que o sistema internacional crie as condições necessárias para a segurança delas.

De qualquer forma, de acordo com a convicção permanente dos filósofos clássicos, Tocqueville exige que o Estado seja suficientemente extenso para dispor da força necessária à sua segurança, e pequeno o bastante para que sua legislação se adapte à diversidade das circunstâncias e dos meios. Uma combinação que só é possível mediante uma confederação, ou uma Constituição federativa. Este é, para Tocqueville, o maior mérito das leis americanas.

Com perfeita clareza percebeu que a Constituição federativa americana garantia a livre circulação de bens, pessoas e capitais. Em outras palavras, o princípio federativo bastava para impedir a formação de barreiras alfandegárias internas e impedir a desarticulação da unidade econômica constituída pelo território americano.

Em último lugar, de acordo com Tocqueville: "Existem dois perigos principais que ameaçam a existência das democracias: a subordinação completa do poder legislativo à vontade do corpo eleitoral e a concentração no poder legislativo de todos os outros poderes do governo." (O. C., t. I, vol. 1, p. 158.)

Esses dois perigos estão enunciados em termos tradicionais. Para Montesquieu ou Tocqueville, um governo democrático não deve ser tal que o povo possa se



abandonar a todos os impulsos passionais e determinar as decisões do governo. Por outro lado, segundo Tocqueville, todo regime democrático tende à centralização do poder no corpo legislativo.

Ora, a Constituição norte-americana previu a divisão do legislativo em duas assembleias; instituiu uma presidência, que, na época, Tocqueville considerava fraca, mas que era relativamente independente das pressões diretas do corpo eleitoral ou do corpo legislativo. Além disso, nos Estados Unidos o espírito legalista substitui a aristocracia, pois o respeito das formas jurídicas é favorável à salvaguarda das liberdades. Tocqueville constata ainda a pluralidade dos partidos, os quais, aliás, como observa com justiça, não são animados por convicções ideológicas, como os partidos franceses, e não aderem a princípios contraditórios de governo, mas representam a organização dos interesses, inclinándose para a discussão pragmática dos problemas enfrentados pela sociedade.

Tocqueville acrescenta duas outras circunstâncias políticas semiconstitucionais, semi-sociais, que contribuem para a salvaguarda da liberdade. A primeira é a liberdade de associação e a outra a utilização que se faz dessa liberdade, com a multiplicação de organizações de voluntários. Desde que se coloque uma questão num vilarejo, num município ou mesmo no âmbito do Estado federal, surge um certo número de cidadãos para se agrupar em organizações de voluntários, com o objetivo de estudar e tentar resolver o problema colocado. Quer se trate de construir um hospital em uma pequena cidade, quer de pôr fim às guerras, qualquer que seja a ordem de grandeza do problema, uma organização de voluntários consagrará lazer e dinheiro na busca de uma solução.

Finalmente, Tocqueville fala sobre a liberdade de imprensa, que lhe parece ter muitos inconvenientes, pois os jornais tendem a cometer abusos, sendo difícil evitar que degenerem em licenciosidade. Acrescenta, porém, o que faz lembrar a fórmula de Churchill a propósito da democracia, que só há um regime pior do que a liberdade de imprensa, é a supressão desta liberdade. Nas sociedades modernas, a liberdade total é preferível à sua supressão completa. E entre as duas formas extremas, não há uma intermediária<sup>6</sup>.

Tocqueville reúne em uma terceira categoria de causas os costumes e as crenças. Desenvolve a idéia central da sua obra – central com respeito à sua interpretação da sociedade americana, e à comparação explícita ou implícita que faz, a todo o instante, entre a América e a Europa.

Esse tema fundamental é o de que em última análise a liberdade tem como condição os costumes e as crenças dos homens, sendo que o fator decisivo dos costumes é a religião. Para Tocqueville, a sociedade americana soube unir o espírito de religião ao espírito de liberdade. Se se quisesse procurar a causa única que torna provável a manutenção da liberdade na América, e precário o futuro da liberdade na França, ela seria o fato de que a sociedade americana une o espírito de religião ao de liberdade, enquanto a sociedade francesa está dilacerada pela oposição entre a Igreja e a democracia, entre a religião e a liberdade.

Na França, o conflito entre o espírito moderno e a Igreja constitui a causa última das dificuldades encontradas pela democracia que pretende ser liberal; pelo contrário, a proximidade de inspiração que existe entre

o espírito religioso e o espírito de liberdade é que constitui o fundamento último da sociedade norte-americana. Escreve Tocqueville:

Já falei bastante sobre o assunto para pôr em evidência o caráter da civilização anglo-norte-americana. Ela é o resultado (e esse ponto de partida devemos sempre presente no nosso espírito) de dois elementos perfeitamente distintos, os quais muitas vezes se têm hostilizado, mas que na América se conseguiram de alguma forma incorporar um ao outro, combinando-os maravilhosamente. Quero me referir ao espírito da religião e ao espírito da liberdade.

Os fundadores da Nova Inglaterra eram ao mesmo tempo sectários ardorosos e inovadores exaltados. Presos na rede mais estreita de certas crenças religiosas, estavam livres de todos os preconceitos políticos. Das duas tendências diversas, mas não contraditórias, cujos traços se podem encontrar em toda a parte, nos costumes e nas leis.

E, um pouco mais adiante:

Assim, no mundo moral tudo está classificado, coordenado, previsto, decidido antecipadamente. No mundo político tudo é agitado, contestado, incerto. No primeiro, temos a obediência passiva, embora voluntária; no outro, a independência, o desprezo pela experiência e a inveja de toda autoridade. Em lugar de se prejudicarem, estas duas tendências, aparentemente tão opostas, concordam uma com a outra, e parecem prestar-se um mútuo apoio. A religião vê na liberdade civil um nobre exercício das faculdades do homem; no mundo político, um campo concedido pelo Criador aos esforços da inteligência. Livre e poderosa na sua esfera, satisfazta com o lugar que lhe é reservado, ela sabe que seu im-

pério é ainda mais firme, porque reina com suas próprias forças e domina sem apoio nos corações. A liberdade vê na religião uma companheira de lutas e triunfos, o berço da sua infância, a fonte divina dos seus direitos. Considera a religião como a salvaguarda dos costumes; os costumes como a garantia das leis e o penhor da sua própria duração. (O. C., t. I, vol. 1, pp. 42-3.)

Pondo à parte o estilo, que não é o que empregariamos hoje, esse texto me parece uma admirável interpretação sociológica da maneira como, numa civilização de tipo anglo-americano, a liberdade política e o rigor religioso se combinam. Um sociólogo de hoje traduziria esses fenômenos nos conceitos mais refinados, multiplicaria reservas e manias. Mas a audácia de Tocqueville não deixa de ter encanto. Como sociólogo, ele pertence ainda à tradição de Montesquieu: usa a linguagem de todos, faz-se compreender sem dificuldade, está mais interessado em dar forma literária à idéia do que em multiplicar conceitos e discriminar critérios.

Tocqueville explica, em *La démocratie en Amérique*, como as relações entre a religião e a liberdade representam, na França, o extremo oposto do que são nos Estados Unidos:

Todos os dias me demonstram doutamente que tudo vai muito bem nos Estados Unidos, exceto precisamente este espírito religioso que admiro; fico sabendo que para a liberdade e a felicidade da espécie humana, do outro lado do Atlântico, só falta crer, como Spinoza, na eternidade do mundo, e sustentar, com Cabanis, que o cérebro secreta o pensamento. A isso nada tenho a responder, a não ser que os que falam desse modo não estiveram no continente americano e não viram um povo mais religioso nem mais livre. Espero-os portanto na sua volta.

Há pessoas na França que consideram as instituições republicanas como o instrumento passageiro da sua grandeza. Medem com os olhos o imenso espaço que se para seus vícios e sua miséria do poder e das riquezas, e gostariam de acumular ruínas nesse abismo para tentar preenché-lo. Estes estão para a liberdade como as companhias francas da Idade Média estavam para os reis: faziam a guerra por sua própria conta, mesmo quando vestiam as cores reais. A república viverá sempre o tempo suficiente para tirá-los da sua actual baixaza. Não é a eles que me dirijo.

Mas há outros que vêem na república um estado permanente e tranqüilo, um fim necessário para o qual as idéas e os costumes arrastam cada dia as sociedades modernas, e que desejariam sinceramente preparar os homens para a liberdade. Quando atacam as crenças religiosas, seguem suas paixões, e não seus interesses. É o despotismo que pode prescindir da fé, não a liberdade. (O. C., t. I, vol. 1, pp. 307-8.)

Esse texto, que sob certos aspectos é admirável, é também típico do terceiro partido francês, que nunca terá força suficiente para exercer o poder, porque é ao mesmo tempo democrático, favorável às instituições representativas (ou pelo menos resignado a elas) e hostil às paixões anti-religiosas. Tocqueville é um liberal e teria preferido que os democratas reconhecessem a solidiedade necessária das instituições livres e das crenças religiosas.

De resto, devido aos seus conhecimentos históricos e análises sociológicas, ele deveria saber (e provavelmente sabia) que tal reconciliação não era possível. O conflito entre a Igreja católica e o espírito moderno decorre, na França, de uma longa tradição, como acontece com a afinidade entre a religião e a democracia na civi-

lização anglo-americana. É preciso, portanto, ao mesmo tempo deplorar o conflito e identificar suas causas, que são difíceis de eliminar: ele continua vivo, mais de cem anos depois do momento em que foi descrito por Tocqueville.

O tema fundamental de Tocqueville é, portanto, a necessidade de uma disciplina moral inscrita na consciência individual, nas sociedades igualitárias que se querem autogovernar. É preciso que os cidadãos se sujeitem, interiormente, a uma disciplina que não seja apenas imposta pelo medo da punição. Para Tocqueville, neste aspecto discípulo de Montesquieu, a fé capaz de melhor criar esta disciplina moral é a fé religiosa.

Além da influência dos seus sentimentos religiosos, os cidadãos norte-americanos são bem informados; conhecem os assuntos públicos, passam todos por uma instrução cívica. Tocqueville salienta, finalmente, o contraste com a centralização administrativa francesa. Os cidadãos norte-americanos têm o hábito de resolver os assuntos coletivos a partir do nível do município. São levados, assim, ao aprendizado do autogoverno, no meio limitado que estão em condições de conhecer pessoalmente, e estendem o mesmo espírito aos assuntos do Estado.

Esta análise da democracia americana difere evidentemente da teoria de Montesquieu, que se referia às repúblicas antigas. Mas o próprio Tocqueville considera que sua teoria das sociedades democráticas modernas é uma ampliação e uma renovação da concepção de Montesquieu.

Num texto que encontramos entre os rascunhos do segundo volume de *La démocratie en Amérique*, nosso au-

tor confronta sua própria interpretação da democracia americana com a teoria da república de Montesquieu:

Não se deve tomar a idéia de Montesquieu num sentido estrito. O que este grande homem quis dizer é que a república só podia subsistir pela ação da sociedade sobre si mesma. O que ele entende por virtude é o poder moral exercido sobre si mesmo por cada indivíduo, e que o impede de violar os direitos alheios. Quando este triunfo do homem sobre as tentações resulta da debilidade da tentação ou do cálculo dos interesses pessoais, não constitui uma virtude para o moralista, mas cabe na idéia de Montesquieu, que se referia ao efeito mais do que à sua causa. Na América, não é a virtude que é grande, a tentação é que é pequena, o que vem a dar no mesmo. Não é o despreendimento que é grande, mas o interesse que é bem compreendido, o que também vem a dar quase no mesmo. Montesquieu tinha razão, portanto, embora falasse sobre a virtude antiga: o que ele diz a respeito dos gregos e dos romanos se aplica ainda aos americanos.

Este texto permite fazer a síntese das relações entre a teoria da democracia moderna, de acordo com Tocqueville, e a teoria da república antiga, segundo Montesquieu.

Não há dúvida de que existem diferenças essenciais entre a república, vista por Montesquieu, e a democracia, vista por Tocqueville. A democracia antiga era igualitária e virtuosa, mas frugal e combativa. Os cidadãos tendiam à igualdade porque rejeitavam o primado das considerações comerciais. A democracia moderna, ao contrário, é basicamente uma sociedade comercial e industrial. Assim, o interesse não pode deixar de ser seu sentimento dominante. É sobre o interesse bem com-

preendido que se fundamenta a democracia moderna. O princípio (no sentido de Montesquieu) da democracia moderna é, pois, o interesse e não a virtude. Mas, como o texto indica, entre o interesse, princípio das democracias modernas, e a virtude, princípio da república antiga, há elementos comuns. Nos dois casos os cidadãos devem submeter-se a uma disciplina moral, e a estabilidade do Estado se baseia na influência predominante que os costumes e as crenças exercem sobre o comportamento dos indivíduos.

De modo geral, em *A democracia na América*, Tocqueville é sociólogo no estilo de Montesquieu e, diríamos mesmo, nos dois estilos que Montesquieu nos legou.

A síntese dos diferentes aspectos de uma sociedade é feita em *O espírito das leis* graças ao conceito do espírito de uma nação. Segundo Montesquieu, o primeiro objetivo da sociologia é aprender o conjunto de uma sociedade. Não há dúvida de que Tocqueville quer aprender na América o espírito de uma nação; para isso, emprega as diferentes categorias que Montesquieu distinguiu em *O espírito das leis*. Discrimina entre as causas históricas e as causas atuais, entre o meio geográfico e a tradição histórica, entre a ação das leis e dos costumes. O conjunto destes elementos se reagrupa para definir, na sua singularidade, uma sociedade única, a sociedade americana. A descrição desta sociedade singular é feita mediante a combinação de diferentes tipos de explicação, de acordo com um grau mais ou menos grande de abstração ou de generalidade.

Tocqueville, porém, como se verá mais adiante na análise do segundo volume de *A democracia na América*, visa a um segundo objetivo da sociologia e pratica um outro método. Coloca um problema mais abstrato, num

nível mais elevado de generalidade, o problema da democracia das sociedades modernas. Isto é: fixa o estudo de um tipo ideal, comparável ao tipo de regime político de Montesquieu na primeira parte de *O espírito das leis*. Partindo da noção abstrata de uma sociedade democrática, Tocqueville pergunta qual a forma política de que esta sociedade democrática pode se revestir, por que ela se reveste aqui de uma forma e em outro lugar de outra. Em outras palavras, começa por definir um tipo ideal, o da sociedade democrática, e tenta, pelo método comparativo, identificar o efeito das várias causas, das mais gerais às mais particulares.

Há em Tocqueville, como em Montesquieu, dois métodos sociológicos, sendo que um leva ao retrato de uma coletividade singular, e o outro coloca o problema histórico abstrato de um certo tipo de sociedade.

Tocqueville não é nenhum admirador ingênuo da sociedade americana. No fundo, conserva a hierarquia de valores da classe a que pertence, a aristocracia francesa. É sensível à mediocridade que caracteriza uma civilização desse gênero. Não tem para com a democracia moderna nem o entusiasmo dos que esperavam dela uma transfiguração do destino do homem nem a hostilidade dos que a consideravam a decomposição da sociedade. Para ele, a democracia se justifica pelo fato de que favorece o bem-estar do maior número, mas este bem-estar não tem brilho ou grandezza, e não deixa de apresentar perigos políticos e morais.

Com efeito, toda democracia tende à centralização e, em consequência, tende a uma espécie de despotismo, que traz o perigo de degenerar no despotismo de um homem. A democracia comporta permanentemente o

perigo de uma tirania da maioria. Todo regime democrático postula que a maioria tem razão; pode ser difícil impedir uma maioria de abusar da sua vitória e de opprimir a minoria.

Para Tocqueville, a democracia tende a generalizar o espírito de corte, embora o soberano bajulado pelos candidatos seja o povo, não o monarca. Contudo, bajular o povo soberano não é melhor do que adular o monarca soberano. Talvez seja pior, porque, na democracia, o espírito de corte é o que chamamos, em linguagem ordinária, de demagogia.

Por outro lado, Tocqueville tinha muita consciência dos dois grandes problemas enfrentados pela sociedade americana: as relações entre brancos e índios e entre brancos e negros. Se um problema ameaçava a União era, sem dúvida, o da escravidão, no Sul. A esse respeito Tocqueville era sombriamente pessimista; acreditava que, à medida que desaparecesse a escravidão, e a igualdade jurídica tendesse a se estabelecer entre negros e brancos, se elevariam as barreiras que os costumes criaram entre as duas raças.

Considerava que, em última análise, havia apenas duas soluções: a mistura de raças ou a separação. A mistura de raças seria rejeitada pela maioria branca; a separação seria quase inevitável, uma vez extinta a escravidão. Tocqueville previa, assim, conflitos terríveis.

Uma passagem sobre o assunto, no melhor estilo do autor, permite-nos ouvir a voz desse homem solitário:

Os espanhóis soltam seus cães sobre os índios, como se estes fossem animais ferozes. Pilham o Novo Mundo como uma cidade assalada, sem discernimento nem piedade. Mas não se pode destruir tudo; a fúria tem um limite. O resto das populações indígenas salvas do mas-

sacre terrinam por se misturar aos conquistadores, adotando sua religião e costumes. A conduta dos Estados Unidos com relação aos indígenas, pelo contrário, é inspirada no mais puro amor das formas e da legalidade. Desde que os índios se mantenhiam no estado selvagem, os americanos não interferem na vida deles, tratando-os como um povo independente. Não se permitem ocupar suas terras sem antes adquiri-las devidamente, por meio de um contrato. Se uma nação indígena já não pode viver no seu território, levam-na fraternalmente pela mão para morrer fora da terra dos seus ancestrais. Por meio de monstruosidades sem exemplo, cobrindo-se de vergonha indelével, os espanhóis não conseguiram exterminar a raça indígena, nem a impediram de partilhar dos seus direitos. Os americanos atingiram este duplo resultado com uma facilidade maravilhosa, tranquilamente, legalmente, filantropicamente, sem derramar sangue nem violar um só dos grandes princípios morais, aos olhos do mundo. Não se poderiam destruir os homens respeitando melhor as leis da humanidade. (O. C., t. I, vol. 1, pp. 354-5.)

Esse texto, em que Tocqueville não cumpre a regra dos sociólogos modernos, que é a de se abster de julgamentos de valor, proibindo-se as ironias<sup>7</sup>, é característica do espírito humanitário aristocrático. Estamos quase sempre habituados, na França, a pensar que só os homens de esquerda são humanistas. Tocqueville teria dito que na França os radicais, os republicanos extremistas, não são humanitários, mas revolucionários embriagados de ideologia, prontos a sacrificar milhões de seres humanos às suas idéias. Condenava os ideólogos de esquerda, representativos do partido intelectual francês, mas também o espírito reacionário dos aristocratas, nostálgicos de uma ordem definitivamente extinta.

Tocqueville é um sociólogo que não cessa de julgar, ao mesmo tempo que descreve. Nesse sentido, pertence à tradição dos filósofos políticos clássicos, que não podiam analisar os regimes sem também julgá-los.

Na história da sociologia, ele está muito próximo da filosofia clássica, tal como a interpreta Léo Strauss<sup>8</sup>.

Para Aristóteles, não se pode interpretar adequadamente a tirania sem entender que é o regime que mais se afasta do melhor dos regimes porque a realidade do fato é inseparável de sua qualidade. Querer descrever as instituições sem julgá-las é não ver o que faz com que elas sejam o que são.

Tocqueville não rompe com essa prática. Sua descrição dos Estados Unidos é também a explicação das causas cuja ação salvaguarda a liberdade numa sociedade democrática. Ela mostra, a cada momento, o que ameaça o equilíbrio da sociedade americana. A própria linguagem significa julgamento, e Tocqueville não acredita estar violando as regras da ciência social ao julgar na descrição e pela descrição. Se fosse obrigado a explicar-se, provavelmente diria, como Montesquieu ou, em todo caso, como Aristóteles, que uma descrição não pode ser fiel se não contém os julgamentos ligados intrinsecamente à descrição; um regime é o que é pela sua qualidade intrínseca, e uma tirania só pode ser descrita como tirania.

### O drama político da França

*O Antigo Regime e a Revolução* é um esforço comparável ao de Montesquieu em *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e da sua decadência*. É uma

tentativa de explicar sociologicamente os acontecimentos históricos.

Tocqueville percebe tão claramente quanto Montesquieu os limites da explicação sociológica. Os dois acreditam, de fato, que os grandes acontecimentos são explicados por grandes causas, mas que os detalhes dos acontecimentos não podem ser deduzidos dos dados estruturais.

Tocqueville estuda a França pensando, até certo ponto, na América. Quer compreender por que razão a França encontra tantas dificuldades em ser uma sociedade politicamente livre, embora seja, ou pareça, democrática. No caso dos Estados Unidos, procurava compreender as causas do fenômeno inverso, isto é, a persistência da liberdade política por causa ou a despeito do caráter democrático da sociedade.

*O Antigo Regime e a Revolução* é uma interpretação sociológica de uma crise histórica, destinada a tornar os acontecimentos inteligíveis. Tocqueville inicia observando e raciocinando como um sociólogo. Recusa-se a admitir que a crise revolucionária seja um acidente puro e simples. Afirma que as instituições do Antigo Regime ficaram em ruínas quando a tempestade revolucionária as arrasou. Acrescenta que a crise revolucionária teve características específicas porque se desenvolveu à maneira de uma revolução religiosa.

A Revolução Francesa funcionara, com relação a este mundo, precisamente do mesmo modo como a revolução religiosa agindo com vistas ao outro. Ela considerou o cidadão de um modo abstrato, fora de todas as sociedades particulares, assim como a religião considera o homem, em geral, independentemente do país e do tempo. Não procurou somente saber qual era o di-

reito, particular do cidadão francês, mas quais eram os deveres e direitos gerais dos homens em matéria política. Foi assim, remontando sempre ao que tinha de menos particular e, por assim dizer, mais natural, em matéria de estado social e de governo, que pôde tornar-se compreensível para todos e pôde ser imitada em cem lugares ao mesmo tempo. (O. C., t. II, vol. 1, p. 89.)

Esta coincidência de uma crise política com uma espécie de revolução religiosa é, ao que parece, uma das características das grandes revoluções das sociedades modernas. Aos olhos de um sociólogo da escola de Tocqueville, a Revolução Russa de 1917 tem igualmente a mesma característica de ser uma revolução de essência religiosa.

Creio que é possível generalizar a proposição: toda revolução política assume certas características de revolução religiosa, quando pretende ser universalmente válida e se considera o caminho da salvação para toda a humanidade.\*

Para esclarecer seu método, Tocqueville acrescenta: "Falo de classes; só elas devem ocupar a história." Esta frase é textual, e estou certo, contudo, de que se uma revista a publicasse com a pergunta: "quem a escreveu?", quatro entre cinco pessoas responderiam: Karl Marx.

As classes cujo papel decisivo é evocado por Tocqueville são: a nobreza, a burguesia, os camponeses e, secundariamente, os operários. São, portanto, intermediações entre as ordens do Antigo Regime e as classes das sociedades modernas. Aliás, Tocqueville não apresenta uma teoria abstrata das classes. Não as define, nem enumera suas características, mas toma os principais grupos sociais da França e do Antigo Regime, no momento da Revolução, para explicar os acontecimentos.

Em seguida, Tocqueville pergunta: se o conjunto das instituições do Antigo Regime está em ruínas em toda a Europa, por que a Revolução ocorreu na França? Quais os fenômenos principais que explicam este acontecimento?

O primeiro deles já foi estudado indiretamente em *A democracia na América*: é a centralização e a uniformidade administrativas. Sem dúvida a França do Antigo Regime apresentava extraordinária diversidade provincial e local, em matéria de legislação e regulamentação; contudo, a administração real dos intendentess tornava-se, cada vez mais, a única força eficaz. A diversidade não passava de sobrevivências inócuas: a França era administrada do centro, e era administrativamente uniforme, bem antes da tempestade revolucionária.

Surpreendemo-nos com a facilidade extraordinária com que a Assembleia Constituinte pôde destruir de uma só vez todas as antigas províncias da França, sendo que muitas delas eram mais antigas do que a monarquia, e dividir metodicamente o reino em 83 partes distintas, como se se tratasse das terras virgens do Novo Mundo. Nada surpreendeu mais, e até mesmo apavorou, o resto da Europa, que não estava preparado para tal espetáculo. Burke dizia que pela primeira vez viam-se homens a fazer em pedaços sua pátria, de modo tão bárbaro. Parecia, de fato, que se estavam a retallar corpos vivos, mas não se fazia mais do que cortar os membros de cadáveres.

Assim, ao mesmo tempo que Paris acabava de adquirir a suprema onipotência, via-se processar no seu próprio seio uma outra transformação, que merece também a atenção da história. Em vez de ser uma cidade apenas de comércio, de negócios, de consumo e prazeres, Paris acabava de se tornar uma cidade de fábricas e

indústrias, um segundo fato que dava ao primeiro um caráter novo e mais formidável...

Embora os documentos estatísticos do Antigo Regime de modo geral inspirem pouca confiança, creio poderemos afirmar sem medo que, durante os sessenta anos que precederam a Revolução Francesa, o número dos operários mais do que dobrou em Paris, enquanto no mesmo período a população geral da cidade só aumentou de um terço. (O. C. t. II, vol. 1, pp. 141-2.)

Nesta altura somos levados a pensar no livro de J.-F. Gravier, *Paris e o deserto francês*?. De acordo com Tocqueville, antes mesmo do fim do século XVIII Paris se tornara o centro industrial da França. As considerações sobre o distrito parisiense e as formas de impedir a centralização industrial na capital não datam de hoje.

Em segundo lugar, nessa França administrada do centro e na qual os mesmos regulamentos se aplicavam cada vez mais a todo seu território, a sociedade estava, por assim dizer, esfacelada. Os franceses não tinham condições de discutir seus assuntos, porque lhes faltava a condição essencial para a formação do corpo político, a liberdade.

Tocqueville faz uma descrição puramente sociológica do que Durkheim teria chamado de desintegração da sociedade francesa. Não havia unidade entre as classes privilegiadas e, de modo mais geral, entre as diversas classes da nação, devido à carência de liberdade política. Subsistia uma separação entre os grupos privilegiados do passado, que tinham perdido sua função histórica mas conservavam seus privilégios, e os grupos da nova sociedade, que desempenhavam um papel decisivo mas permaneciam separados da antiga nobreza.



No fim do século XVIII podia-se perceber ainda uma diferença entre as maneiras da nobreza e as da burguesia, pois nada se igualiza mais lentamente do que esta superfície de costumes que conhecemos como manei- ras; no fundo, porém, todas as pessoas situadas acima do povo se pareciam; tinham as mesmas idéias, os mesmos hábitos, seguiam os mesmos gostos, dedicavam-se aos mesmos prazeres, liam os mesmos livros e falavam a mesma linguagem. Só se diferenciavam entre si pelos direitos. Duvído de que se tenha visto situação igual, no mesmo grau, em qualquer outra parte, até na Inglaterra, onde as diferentes classes, embora associadas solidamente entre si por interesses comuns, se distinguíam muitas vezes pelo espírito e pelos costumes, pois a liberdade política, que tem o admirável poder de criar relações necessárias e laços mútuos de dependência entre todos os cidadãos, nem por isso os iguala. É o governo de uma só pessoa que, a longo prazo, tem sempre o efeito inevitável de assemelhar os homens entre si e torná-los mutuamente indiferentes a seu destino. (*Ibid.*, p. 146.)

Esse é o centro da análise sociológica da França por Tocqueville. Os diferentes grupos privilegiados da nação francesa tendiam ao mesmo tempo à uniformidade e à separação. Eram de fato semelhantes uns aos outros, mas estavam separados por privilégios, maneiras, tradições; e, com a falta de liberdade política, eles não chegavam a adquirir este sentido de solidariedade indispensável à saúde do organismo político.

A divisão das classes foi o crime da antiga realza, e se tornou depois sua justificativa, pois, quando todos os que compõem a parte rica e esclarecida da nação já não podem entender-se e cooperar no governo, a administração do país por si mesmo se torna impossível, sendo preciso que um *maître* intervenha. (*Ibid.*, p. 166.)

Esse texto é fundamental. Vê-se nele antes de tudo a concepção mais ou menos aristocrática do governo das sociedades, característica ao mesmo tempo de Montesquieu e de Tocqueville. O governo só pode ser exercido pela parte rica e esclarecida da nação. Os dois autores não hesitam em reunir os dois adjetivos. Não são demagogos, e a associação entre os dois termos lhes parece evidente. Contudo, também não são cínicos, pois o fenômeno para eles era óbvio. Escreviam numa época em que os que não tinham meios materiais não dispunham de lazer para se instruir. No século XVIII, só a parte rica da nação podia ser esclarecida.

De outro lado, Tocqueville pensa observar, e creio que observa bem, que na França o fenômeno característico, na origem da Revolução — e eu acrescentaria: na origem de todas as revoluções francesas —, era a incapacidade dos grupos privilegiados de chegarem a um acordo sobre o modo de governar o país. Esse fenômeno explica a frequência das mudanças de regime.

Essa análise das características da política francesa é, a meu ver, notavelmente lúcida. Pode-se aplicá-la a toda a história política da França nos séculos XIX e XX. Com ela se explica o fato curioso de que a França tenha sido, no Ocidente, no século XIX e até bem recentemente, o país que menos transformações sofreu, econômica e socialmente, e também possivelmente o que passou por maiores turbulências políticas. A combinação do conservadorismo econômico e social com esta agitação política pode ser explicada sem dificuldade pela sociologia de Tocqueville, mas será mais difícil de entender se buscarmos uma correspondência termo-a-termo entre dados sociais e políticos.

Quando as diferentes classes que compartilhavam a sociedade da antiga França entraram em contato, há sessenta anos, depois de terem ficado isoladas durante tanto tempo, por tantas barreiras, elas se tocaram inicialmente apenas nos pontos doloridos, e só se encontraram para se dilacerarem. Mesmo nos nossos dias seus ódios e ciúmes sobrevivem a elas. (*Ibid.*, p. 167.)

O tema central da interpretação da sociedade francesa por Tocqueville é o de que, no fim do Antigo Regime, de todas as sociedades européias, a França era a mais democrática (no sentido do autor, isto é, aquela em que a tendência para a uniformidade das condições e a igualdade social das pessoas e dos grupos eram mais pronunciadas) e também aquela em que havia menos liberdade política, a sociedade mais cristalizada nas instituições tradicionais, que correspondiam cada vez menos à realidade.

Se Tocqueville tivesse elaborado uma teoria das revoluções dos tempos modernos, seguramente teria apresentado uma concepção diferente da concepção marxista, diferente, pelo menos, da que afirma que a revolução socialista deve ocorrer ao fim do desenvolvimento das forças produtivas, dentro dos regimes de propriedade privada.

Tocqueville sugeriu, e várias vezes chegou a declarar explicitamente, que para ele as grandes revoluções dos tempos modernos seriam aquelas que marcam a passagem do Antigo Regime para a democracia. Em outras palavras, a concepção que tem Tocqueville das revoluções é essencialmente política. É a resistência das instituições políticas do passado ao movimento democrático moderno que pode provocar, aqui e ali, uma ex-

plusão. Tocqueville acrescentava que esses tipos de revolução ocorrem não quando as coisas vão muito mal, mas, ao contrário, quando estão melhores<sup>10</sup>.

Tocqueville não teria duvidado um só momento de que a Revolução Russa entrava no seu esquema político das revoluções muito mais do que no esquema marxista. A economia russa conheceu um impulso inicial de crescimento na década de 1880. Entre 1880 e 1914, teve uma das taxas de crescimento mais elevadas da Europa<sup>11</sup>. De outro lado, a Revolução Russa começou com uma revolta contra as instituições políticas do Antigo Regime, no sentido em que se fala de Antigo Regime a respeito da Revolução Francesa. Se se levantasse a objeção de que o partido que assumiu o poder na Rússia se baseia em ideologia diferente, ele teria respondido que a seus olhos a característica das revoluções democráticas consiste em preconizar a liberdade e tender, efetivamente, à centralização política e administrativa. Tocqueville não teria encontrado nenhuma dificuldade em integrar esses fenômenos no seu sistema. Aliás, em diversas ocasiões ele evocou a possibilidade de um Estado que procurasse gerir o conjunto da economia.

Na perspectiva da sua teoria, a Revolução Russa representa a extinção das instituições políticas do Antigo Regime numa fase de modernização da sociedade. Essa explosão foi facilitada pelo prolongamento de uma guerra. Desembocou num governo que, embora se dizendo defensor do ideal democrático, leva até o fim a idéia da centralização administrativa e da gestão do conjunto da sociedade pelo Estado.

Duas alternativas obcecaram os historiadores da Revolução Francesa: foi uma catástrofe ou um aconte-

cimento benéfico, uma necessidade ou um acidente? Tocqueville se recusa a aceitar as duas teses extremas. A Revolução Francesa, para ele, não é, evidentemente, um acidente puro e simples; é necessária, se isto significa que o movimento democrático devia, algum dia, sobrepujar as instituições do Antigo Regime; e não-necessária, na forma precisa de que se revestiu no detalhe dos seus episódios. Benéfica ou catastrófica? Tocqueville responderia, provavelmente, que ela foi as duas coisas ao mesmo tempo. Mais precisamente, encontramos no seu livro todos os elementos da crítica que os homens de direita fizeram à Revolução Francesa; simultaneamente encontramos, também, a justificação do que aconteceu, por meio da história ou, às vezes, por meio do inevitável, com tristeza por não ter sido diferente.

A crítica da Revolução Francesa atinge primeiramente os homens de letras, que eram conhecidos no século XVIII como filósofos, e que no século XX chamamos de intelectuais. Os filósofos, homens de letras ou intelectuais têm a facilidade de se criticar mutuamente. Tocqueville comenta o papel dos escritores na França do século XVIII e na Revolução da mesma forma como continuamos a comentar com admiração ou pesar o papel que eles têm hoje.

Os escritores não deram apenas suas idéias ao povo que a fez (a Revolução); deram-lhe seu temperamento e seu humor. Sob sua longa disciplina, à falta de quaisquer outros líderes, no meio da ignorância profunda em que se vivia no cotidiano, toda a nação, ao lê-los, terminava por contrair seus instintos, sua inclinação espiritual, o gosto e até os cacetes próprios aos que escrevem. De sorte que, quando ela começou a atuar, transportou para a política todos os hábitos da literatura.

Quando se estuda a história da nossa Revolução, vê-se que ela foi conduzida precisamente no mesmo espírito que a fez produzir tantos livros abstratos sobre o governo. Vemos a mesma atração pelas teorias gerais, os sistemas completos de legislação e a simetria exata nas leis; o mesmo desprezo pelos fatos reais; a mesma confiança na teoria; o mesmo gosto pelo original, o engenho e o novo nas instituições; a mesma vontade de refazer de uma só vez toda a Constituição seguindo as regras da lógica e segundo um plano único, em vez de procurar emendá-la nas suas várias partes. Um espetáculo assustador! De fato, o que é qualidade num escritor é, às vezes, vício num estadista; as mesmas coisas que fizeram muitas vezes belos livros podem conduzir a grandes revoluções. (O. C, t. II, vol. 1, p. 200.)

Esse texto originou toda uma literatura. O primeiro tomo das *Origines de la France contemporaine* de Taine, por exemplo, não passa do desenvolvimento deste tema do papel maléfico dos escritores e homens de letras<sup>12</sup>.

Tocqueville desenvolve sua crítica analisando o que chama de irreligião fundamental que se difundira numa parte da nação francesa. Pensava que a união do espírito religioso com o espírito de liberdade constituía o fundamento da democracia liberal americana. Numa contrapartida exata, encontramos em *L'Ancien Régime et la Révolution* o exemplo de situação contrária<sup>13</sup>. A parte do país que se tornara ideologicamente democrática não só tinha perdido a fé como havia passado a ser anticlerical e anti-religiosa. Aliás, Tocqueville se declara cheio de admiração pelos sacerdotes do Antigo Regime<sup>14</sup> e exprime explicitamente o pesar de que não tenha sido possível salvaguardar, pelo menos em parte, o papel da aristocracia na sociedade moderna.

Essa tese, que não faz parte das idéias em moda, é muito característica de Tocqueville.

Sente-se, ao ler seus escritos [apresentados pela nobreza aos Estados Gerais], no meio dos seus preconceitos e dos seus cacetes, o espírito e algumas das grandes qualidades da aristocracia. Lamentaremos sempre que, em vez de se dobrar essa nobreza com o peso das leis, se a tenha abatido e desmoraizado. Agindo assim, tirou-se da nação uma parte necessária da sua substância, e fez-se na liberdade uma ferida que jamais cicatrizará. Uma classe que durante séculos caminhou na frente contraiu, nesse longo e incontestado uso da grandeza, um sentimento elevado do orgulho e da honra, uma confiança natural em suas forças, um hábito de ser respeitada que a torna o ponto mais resistente do organismo social. Não tem apenas costumes viris mas com seu exemplo reforça a virilidade das outras classes. Extraindo-a tiramos o vigor até dos seus próprios inimigos. Nada poderia substituí-la completamente; por si mesma não poderia nunca renascer: pode voltar a ter títulos e bens, mas não o espírito dos seus antepassados. (O. C., t. II, vol. 1, p. 170.)

O significado sociológico desta passagem é o seguinte: para salvaguardar a liberdade numa sociedade democrática, é preciso que os homens tenham o sentido e o gosto da liberdade.

Bernanos escreveu, em páginas que certamente não têm a precisão analítica de Tocqueville, mas que levam à mesma conclusão, que não basta ter as instituições da liberdade, eleições, partidos, parlamento, é preciso também que os homens tenham um certo gosto pela independência, um certo sentido da resistência ao poder, para que a liberdade possa ser autêntica.

O julgamento que Tocqueville faz da Revolução, os sentimentos que o animam são exatamente os que Auguste Comte teria considerado aberrantes. Aos olhos de Comte, a tentativa da Constituinte estava condenada porque visava a uma síntese das instituições teológicas e feudais do Antigo Regime com as instituições dos tempos modernos. Ora, Comte afirmava, com sua intransigência habitual, que é impossível a síntese de instituições tiradas de modos de pensar radicalmente diferentes. Tocqueville teria preferido, precisamente, não que o movimento democrático fosse derrotado pelas instituições da antiga França (o movimento era irrisível), mas que estas instituições fossem conservadas na medida do possível, sob a forma da monarquia, sob a forma também do espírito aristocrático, a fim de que dessem uma contribuição para a salvaguarda das liberdades numa sociedade dedicada à procura do bem-estar e condenada à revolução social.

Para um sociólogo como Comte, a síntese da Constituinte era desde o início impossível. Para um sociólogo como Tocqueville, possível ou não (ele não se decide a esse respeito), teria sido desejável. Politicamente, Tocqueville era favorável à primeira Revolução Francesa, a da Constituinte, e é para esse período que se dirige seu pensamento nostálgico. A seus olhos, o grande momento da Revolução Francesa e da França é 1788-89, a época em que os franceses estavam animados por uma confiança e uma esperança sem limites.

Não creio que em nenhum momento da história se tenha visto, em nenhuma parte, um tal número de pessoas tão sinceramente apaixonadas pelo bem público, tão verdadeiramente esquecidas dos seus próprios interesses, tão absorvidas na contemplação de um gran-

de objetivo, tão resolvidas a arriscar o que os homens têm de mais caro na vida, a se esforçarem para se elevar acima do nível das paixões do coração. E como um fundo comum de paixão, coragem e devotamento, do qual vão sair todas as grandes ações da Revolução Francesa. Esse espetáculo foi breve, mas apresentou belezas incomparáveis, e não sairá nunca da memória dos homens. Todas as nações estrangeiras o viram, todas o aplaudiram, todas se emocionaram com ele. Inútil procurar um lugar tão afastado da Europa onde não tenha sido percebido, onde não tenha provocado admiração e estima: não se poderia encontrá-lo na multidão de memórias particulares que os contemporâneos da Revolução nos deixaram, nunca encontrei uma em que os primeiros dias de 1789 não tenham deixado uma marca indelével, transmitindo a clareza, a vivacidade e a frescura das emoções da juventude. Ouso dizer que um só povo neste mundo poderia proporcionar tal espetáculo. Conheço a nação a que pertenco. Vejo muito bem seus erros, suas falhas, suas fraquezas e suas misérias; mas sei também do que é capaz. Há empreendimentos que só a nação francesa é capaz de conceber, resoluções magnânimas que só ela pode ousar. Só ela pode querer abraçar um certo dia a causa comum da humanidade para lutar por ela. E, se está sujeita a quedas profundas, tem por outro lado impulsos sublimes que a levam de súbito a um ponto que nenhum outro povo jamais atingirá. (O. C., t. II, vol 2, pp. 132-3.)

Vê-se nesta passagem como Tocqueville, que passa por crítico da França, e o era efetivamente, que conta a evolução da França com a dos países anglosaxões lamentando que não tivesse tido uma história semelhante à da Inglaterra ou dos Estados Unidos, está pronto a transformar a autocrítica em autoglorificação. A expressão "só a França..." poderia muito bem evocar

discursos sobre a vocação única do país. Tocqueville procura tornar sociologicamente inteligíveis os acontecimentos; há nele, porém, como em Montesquieu, uma idéia subjacente do caráter nacional.

O tema do caráter nacional aparece na sua obra de maneira precisa. No capítulo sobre os homens de letras (liv. III, cap. 4), Tocqueville se recusa a dar explicações com base no caráter nacional. Afirma, ao contrário, que o papel dos intelectuais nada tem a ver com o espírito da nação francesa, e busca explicação nas condições sociais: os homens de letras se perderam em teorias abstratas porque não participavam na prática do governo, e portanto ignoravam seus problemas reais.

Esse capítulo de Tocqueville está na origem de uma análise que hoje está muito em moda, isto é, a do papel dos intelectuais nas sociedades em via de modernização em que, de fato, os intelectuais são inexperientes em problemas reais de governo, e ébrios de ideologia.

Em compensação, quando se trata da Revolução Francesa e do seu período de grandeza, Tocqueville é levado a desenhar uma espécie de retrato sintético, no estilo de Montesquieu. Esse retrato sintético é a descrição da conduta de uma coletividade, sem que tal conduta seja dada como explicação definitiva, pois é tanto um resultado como uma causa. Contudo, é suficientemente original, e suficientemente específico, para que o sociólogo possa, ao fim da análise, reunir suas observações num conjunto<sup>15</sup>.

O segundo tomo de *L'Ancien Régime et la Révolution* deveria apresentar a sequência dos acontecimentos, isto é, a Revolução, examinando o papel dos homens, dos acidentes e do acaso. Nas notas que foram publica-

das, há numerosas indicações sobre o papel dos atores e dos indivíduos:

O que me impressiona mais não é o gênio dos que serviram a Revolução conscientemente, mas a singular imbecilidade dos que a fizeram chegar, sem o querer. Quando considero a Revolução Francesa, espanta-me sua grandeza prodigiosa, seu brilho, que atingiu até as extremidades da terra, seu vigor que influenciou mais ou menos todos os povos.

Considero em seguida essa corte, que dela tanto participou, vendo aí os quadros mais vulgares que podemos encontrar na história: ministros levianos ou inábeis, padres libertinos, mulheres fúteis, cortesãos temerários ou cúpidos, um monarca que só tem virtudes inúteis ou perigosas. Vejo contudo que esses personagens pouco importantes facilitam, provocam, precipitam esses acontecimentos da maior importância. (O. C., t. II, vol. 2, p. 116.)

Este texto brilhante não tem só valor literário. Contém, na minha opinião, a visão de conjunto que Tocqueville nos teria dado se pudesse ter concluído seu livro. Depois de ter sido sociólogo no estudo das origens, demonstrando como a sociedade pós-revolucionária foi, em larga medida, preparada pela sociedade pré-revolucionária, sob a forma de uniformidade e de centralização administrativa, Tocqueville iria procurar seguir o curso dos acontecimentos, sem suprimir o que era, para ele como para Montesquieu, a própria história, isto é, o que acontece numa determinada conjuntura, o encontro de séries contingentes ou de decisões tomadas por indivíduos, e que se poderia facilmente conceber de outra forma. Há um plano em que aparece a necessidade do movimento histórico, e outro em que encontramos o papel dos homens.

Para Tocqueville, o fato essencial era o fracasso da Constituinte, isto é, o fracasso da síntese das virtudes da aristocracia ou da monarquia com o movimento democrático. A seu ver, o fracasso dessa síntese tornava difícil alcançar um equilíbrio político. Tocqueville considerava que a França do seu tempo tinha necessidade de uma monarquia, mas não deixava de perceber a debilidade do sentimento monárquico. Pensava que a liberdade política só se poderia estabilizar se se pusesse fim ao processo de centralização e de uniformização administrativa. Ora, esse processo centralizado e esse despotismo administrativo lhe pareciam associados ao movimento democrático.

A mesma análise que explicava a vocação liberal da democracia americana explicava também os riscos da falta de liberdade na França democrática.

Em resumo - escreve Tocqueville, numa frase muito característica da atitude política dos homens do centro e de suas críticas dos extremos -, até hoje imagino que um homem esclarecido, de bom senso e com boas intenções se torne um radical na Inglaterra. Mas nunca pude conceber a união dessas três coisas no radical francês.

Há trinta anos era comum esta brincadeira, a propósito dos nazistas: todos os alemães são inteligentes, honestos e hitleristas, mas nunca têm mais de duas destas qualidades simultaneamente. Tocqueville dizia que, na França, um homem esclarecido, de bom senso e com boas intenções não podia ser um radical. Se era esclarecido e tinha bom senso, não tinha boas intenções.

É evidente que o bom senso, em política, é objeto de julgamentos contraditórios, com base em preferências individuais. Auguste Comte não teria hesitado em afir-

mar que a nostalgia de Tocqueville pela síntese da Constituição era desprovida de bom senso.

### O tipo ideal da sociedade democrática

O primeiro volume de *A democracia na América e o Antigo Regime e a Revolução* desenvolvem dois aspectos do método sociológico de Tocqueville: de um lado, o retrato de uma sociedade particular, a americana; de outro, a interpretação sociológica de uma crise histórica, a da Revolução Francesa. O segundo volume de *A democracia na América* é a expressão de um terceiro método, característico do autor: a constituição de uma espécie de tipo ideal, a sociedade democrática, a partir do qual ele deduz algumas das tendências da sociedade futura.

O segundo tomo de *A democracia na América* difere, com efeito, do primeiro, pelo método e pelas questões que propõe. Trata-se quase do que se poderia chamar de uma experiência mental. Tocqueville imagina os traços estruturais de uma sociedade democrática, definida pelo desaparecimento progressivo das diferenças de classe e pela uniformidade crescente das condições de vida. Em seguida, enuncia sucessivamente as quatro indagações seguintes: qual o resultado disso no que concerne ao movimento intelectual, no que concerne aos sentimentos dos americanos, no que concerne aos costumes propriamente ditos e, por fim, no que concerne à sociedade política?

O empreendimento é em si mesmo difícil, pode-se mesmo dizer, uma aventura. Para começar, não está provado que a partir das características estruturais de uma sociedade se possa determinar o que será o movimento intelectual, ou o que serão os costumes.

Se imaginarmos uma sociedade democrática, em que as distinções de classe e de condições tenham quase desaparecido, será possível saber antecipadamente como serão a religião, a poesia, a prosa, ou a eloquência parlamentar? Estas são as questões colocadas por Tocqueville. No jargão da sociologia moderna, são questões que pertencem à sociologia do conhecimento.

Em que medida o contexto social determina a forma das diferentes atividades intelectuais? Uma tal sociologia do conhecimento tem caráter abstrato e aleatório: a prosa, a poesia, o teatro e a eloquência parlamentar das diferentes sociedades democráticas serão, sem dúvida, tão heterogêneas no futuro quanto foram no passado.

Além disso, pode ser que alguns traços estruturais da sociedade democrática, que Tocqueville toma como ponto de partida, estejam ligados às particularidades da sociedade americana e outros sejam inseparáveis da essência da sociedade democrática. Esta ambiguidade acarreta uma certa incerteza sobre o grau de generalidade das respostas que Tocqueville pode dar às questões que formulou<sup>16</sup>.

As respostas às indagações do segundo volume serão às vezes da ordem da *tendência*, outras vezes da ordem da *alternativa*. A política de uma sociedade democrática será despótica ou será liberal. Às vezes, também, não é possível dar nenhuma resposta a uma questão enunciada em termos tão genéricos.

Os julgamentos sobre o segundo volume de *A democracia na América* variam muito. Desde o aparecimento o livro recebeu críticas que lhe negaram os méritos que foram atribuídos ao primeiro. Pode-se dizer que nele Tocqueville ultrapassa seus próprios limites, no sentido

integral da expressão. Seu estilo é mais característico do que nunca, com uma grande capacidade de reconstrução ou de dedução a partir de pequeno número de fatos, o que às vezes os sociólogos apreciam e que frequentemente os historiadores lamentam.

Na primeira parte do seu livro, que é consagrada a estabelecer as conseqüências da sociedade democrática sobre o movimento intelectual, Tocqueville passa em revista a atitude com relação às idéias, à religião e aos diferentes gêneros literários, a poesia, o teatro, a eloqüência.

O título do capítulo quatro do livro I lembra uma das comparações preferidas de Tocqueville, entre os franceses e os americanos:

Por que os americanos nunca se apaixonaram tanto quanto os franceses pelas idéias gerais em matéria política? (*O. C.*, t. I, vol. 2, p. 27.)

A essa questão Tocqueville responde:

Os americanos formam um povo democrático que sempre dirigiu seus próprios assuntos públicos e nós somos um povo democrático que durante muito tempo só pôde sonhar com a melhor forma de administrá-los. Nosso estado social já nos levava a conceber idéias muito genéricas no campo do governo, enquanto nossa constituição política nos impedia de reificar essas idéias pela experiência, descobrindo aos poucos sua insuficiência, ao passo que entre os americanos as duas coisas se equilibram sem cessar e se corrigem naturalmente. (*Ibid.*, p. 27.)

Essa explicação, que pertence à sociologia do conhecimento, é contudo de um tipo empírico, simples. Os franceses têm o gosto da ideologia porque durante

séculos não se puderam ocupar efetivamente com os assuntos públicos. Essa interpretação tem um alcance amplo. De modo geral, os estudantes jovens cultivam tanto mais as teorias em matéria política quanto menos experiência têm da atividade política. Pessoalmente, sei que, na época em que não possuía nenhuma experiência do modo como se praticava a política, tinha as maiores certezas teóricas neste terreno. Esta é quase que uma regra do comportamento político-ideológico dos indivíduos e dos povos.

No capítulo cinco do mesmo livro I, Tocqueville desenvolve uma interpretação de certas crenças religiosas com base na sociedade. Essa análise das relações entre os instintos democráticos e a forma da crença religiosa vai longe e não deixa de ter interesse, mas é também muito aleatória.

O que disse antes, que a igualdade leva os homens a ter idéias muito genéricas e muito amplas, é válido principalmente em matéria de religião. Homens semelhantes e iguais concebem facilmente a noção de um Deus único, que impõe as mesmas regras a todos, concedendo-lhes a felicidade futura ao mesmo preço. A idéia da unidade do gênero humano impele-os sem cessar para a noção de unidade do Criador. Pelo contrário, os homens muito distanciados uns dos outros, e muito diferentes, acabam por criar tantas divindades quantos forem os povos, as castas, as classes e as famílias, traçando mil caminhos particulares para chegar ao céu. (*Ibid.*, p. 30.)

Esse texto apresenta outra modalidade de interpretação que pertence ao campo da sociologia do conhecimento. A uniformidade crescente dos indivíduos, cada vez mais numerosos, não integrados em grupos



separados, leva a conceber ao mesmo tempo a unidade do gênero humano e a unidade do Criador.

Podemos encontrar estas explicações também em Auguste Comte. Seguramente, são explicações simples demais. É um tipo de análise genérica que já indisputavelmente muitos historiadores e sociólogos.

Tocqueville diz ainda que uma sociedade democrática tem tendência a crer na perfectibilidade indefinida da natureza humana. Nas sociedades democráticas predomina a mobilidade social; cada indivíduo tem a esperança ou a perspectiva de ascender na hierarquia social. Uma sociedade em que a ascensão é possível tende a conceber, no plano filosófico, uma ascensão comparável para toda a humanidade. Uma sociedade aristocrática, em que cada indivíduo tem sua condição determinada pelo nascimento, aceita com dificuldade a perfectibilidade indefinida da humanidade, porque essa crença seria contraditória com a fórmula ideológica sobre a qual ela repousa. Ao contrário, a idéia do progresso é quase consubstancial com uma sociedade democrática<sup>17</sup>.

Nesse caso, há não só uma passagem da organização social para uma certa ideologia, mas também uma relação íntima entre a organização social e a ideologia, servindo esta última como fundamento da primeira.

Também em outro capítulo Tocqueville afirma que os norte-americanos se inclinam mais a brilhar nas ciências aplicadas do que nas ciências básicas. Esta propensão hoje já não é válida, mas foi válida durante um longo período. No estilo que lhe é próprio, Tocqueville mostra que uma sociedade democrática, preocupada essencialmente com o bem-estar, mostrará menos interesse pelas ciências básicas do que uma sociedade de

tipo mais aristocrático, em que os que se dedicam à investigação são ricos e têm bastante lazer<sup>18</sup>.

Pode-se citar ainda a descrição das relações entre democracia, aristocracia e poesia<sup>19</sup>. Algumas linhas mostram bem quais podem ser os impulsos da imaginação abstrata:

A aristocracia conduz naturalmente o espírito humano à contemplação do passado, fixando-o. A democracia, pelo contrário, dá ao homem uma espécie de desagrado instintivo por tudo o que é antigo. Nisso, a aristocracia é bem mais favorável à poesia, pois as coisas ordinariamente se ampliam, e se escondem, à medida que se tornam distantes, e sob esta dupla condição se prestam melhor à pintura do ideal. (O. C., t. I, vol. 2, p. 77)

Vê-se aqui como é possível, a partir de um pequeno número de fatos, construir uma teoria que seria verdadeira se só existisse uma espécie de poesia, e se a poesia só pudesse florescer em virtude da idealização das coisas e dos seres afastados no tempo.

Tocqueville observa que os historiadores democráticos tendem a explicar os acontecimentos por forças anônimas e por mecanismos irresistíveis da necessidade histórica, enquanto os historiadores aristocráticos tendem a acentuar o papel dos grandes homens<sup>20</sup>.

Nisso, certamente tinha razão. A teoria da necessidade histórica, que nega a eficácia dos casos e dos grandes homens, pertence indubitavelmente à era democrática em que vivemos.

Na segunda parte, sempre a partir dos traços estruturais da sociedade democrática, Tocqueville procura acentuar os sentimentos fundamentais em toda sociedade desse tipo.

Numa sociedade democrática reinará a paixão pela igualdade, que terá mais força que o gosto pela liberdade. A sociedade se preocupará mais em apagar as desigualdades entre os indivíduos e os grupos do que em manter o respeito pela legalidade e a independência pessoal. Será animada pela preocupação com o bem-estar material, e trabalhada por uma espécie de permanentemente inquietação, devido a esta obsessão pelo bem-estar material. O bem-estar material e a igualdade não podem, com efeito, criar uma sociedade tranqüila e satisfeita, pois cada indivíduo se compara com os outros, e a prosperidade nunca está garantida. Mas as sociedades democráticas, segundo Tocqueville, não serão agitadas ou instáveis em profundidade.

Superficialmente turbulentas, elas se inclinam para a liberdade, mas é de temer que os homens amem a liberdade mais como condição do bem-estar material do que por si mesma. É concebível que, em certas circunstâncias, quando as instituições livres parecem funcionar mal e comprometer a prosperidade, os homens se inclinam a sacrificar a liberdade na esperança de consolar o bem-estar ao qual tanto aspiram.

Sobre esse ponto, há um trecho particularmente típico do pensamento de Tocqueville:

A igualdade proporciona a cada dia uma infinidade de pequenos prazeres a cada homem. Os encantos da igualdade são sentidos a todo o instante, estão ao alcance de todos. Os corações mais nobres não são insensíveis a eles, e as almas mais vulgares fazem deles as suas maiores delícias. A paixão que a igualdade faz nascer deve portanto ser ao mesmo tempo enérgica e geral...

Penso que os povos democráticos têm uma preferência natural pela liberdade. Entregues a si mesmos,

eles a amam, a procuram, e encaram com pesar a sua perda. Mas têm pela igualdade uma paixão ardente, insaciável, eterna, invencível. Querem a igualdade na liberdade e, quando não podem obtê-la, querem-na ainda mais na escravidão. Suportarão a pobreza, a servidão, a barbárie, mas não suportarão a aristocracia. (O. C., t. I, vol. 2, pp. 103-4)

Encontramos aqui dois traços da formação intelectual de Tocqueville: a atitude do aristocrata, de antiga família, sensível à rejeição da tradição nobiliária característica das sociedades atuais; e também a influência de Montesquieu, o jogo dialético dos dois conceitos de liberdade e igualdade. Na teoria dos regimes políticos de Montesquieu, a dialética essencial é, com efeito, a da liberdade e da igualdade. A liberdade das monarquias se baseia na distinção das classes e no sentimento da honra. A igualdade do despotismo é a igualdade na servidão. Tocqueville retoma a problemática de Montesquieu e mostra como o sentimento predominante das sociedades democráticas é a vontade de igualdade a qualquer preço, o que pode levar a aceitar a servidão, mas não implica a servidão.

Numa sociedade desse tipo, todas as profissões serão honrosas, porque terão no fundo a mesma natureza, e serão todas assalariadas. Tocqueville diz que a sociedade democrática é uma sociedade de trabalho assalariado universal. Ora, uma sociedade desse tipo tende a suprimir as diferenças de natureza e de essência entre as atividades nobres e as não-nobres. Assim, a distinção entre o serviço doméstico e as profissões livres tenderá progressivamente a diminuir, e todas as profissões serão um *job* do mesmo tipo, proporcionando uma certa renda. Subsistirão, sem dúvida, desigualdades de pres-

tígio entre as ocupações, de acordo com a importância do salário atribuído a cada uma. Mas já não haveria uma diferença de natureza.

Não existe profissão em que não se trabalhe por dinheiro. O salário que é comum a todas dá a todas um ar de família. (O. C., t. I, vol. 2, p. 159.)

Tocqueville está aqui no seu elemento. De um fato aparentemente banal, e muito genérico, tira uma série de conseqüências que vão longe, pois na época em que escrevia essa tendência apenas se iniciava, embora hoje pareça ampla e profunda. Uma das características menos duvidosas da sociedade americana é a convicção de que todas as profissões são honrosas, isto é, têm essencialmente a mesma natureza.

Tocqueville continua:

Isto serve para explicar as opiniões dos americanos com relação às diversas profissões. Os empregados nos Estados Unidos não se consideram degradados porque trabalham, já que à sua volta todos trabalham. Não se sentem diminuídos pela idéia de que recebem um salário, pois o presidente dos Estados Unidos também recebe um salário. Ele é pago para comandar, como os empregados recebem para servir. Nos Estados Unidos, as profissões são penosas e lucrativas em diferentes graus, mas nunca são elevadas ou baixas. Toda profissão honesta é honrosa. (*Ibid.*)

Podríamos certamente estabelecer certas precisões neste quadro, mas o esquema me parece fundamentalmente verdadeiro.

Para Tocqueville, uma sociedade democrática é uma sociedade individualista, em que cada um tende a se

isolar dos outros, com sua família. Curiosamente, esta sociedade individualista apresenta certos traços comuns com o isolamento característico das sociedades despóticas, pois o despotismo tende a isolar os indivíduos uns dos outros. O resultado, porém, não é a inclinação ao despotismo da sociedade democrática e individualista, pois certas instituições podem impedir o desvio no sentido deste regime corrompido. Essas instituições são associações livremente criadas pela iniciativa dos indivíduos, que podem e devem interpor-se entre o indivíduo solitário e o Estado todo-poderoso.

Uma sociedade democrática tende à centralização e comporta o risco de uma gestão pela administração pública do conjunto das atividades sociais. Tocqueville concebeu a sociedade totalmente planificada pelo Estado; mas essa administração, que abrangeria o conjunto da sociedade, e que sob certos aspectos se realiza na sociedade que chamamos hoje de socialista, longe de criar o ideal de uma sociedade não-alienada, que sucede à sociedade capitalista, representa, no seu esquematismo, o próprio tipo de uma sociedade despótica, que devemos temer. Vê-se aqui até que ponto é possível chegar a visões antitéticas e a julgamentos de valor contraditórios, de acordo com o conceito utilizado como ponto de partida para nossa reflexão.

As sociedades democráticas são, em conjunto, materialistas, o que significa que os indivíduos têm a preocupação de adquirir o máximo de bens deste mundo, e que o objetivo da coletividade é fazer com que o maior número possível de pessoas vivam do melhor modo.

Tocqueville lembra, todavia, que como contrapartida desse materialismo ambiente surgem de vez em quando explosões de espiritualismo exaltado, erupções

de exaltação religiosa. Esse espiritualismo que irrompe é contemporâneo do materialismo normalizado e corrente. Os dois fenômenos opostos fazem parte da essência de uma sociedade democrática.

A terceira parte do segundo volume de *A democracia na América* trata dos costumes. Focalizarei sobretudo as idéias de Tocqueville a respeito das revoluções e da guerra. Os fenômenos da violência me parecem em si mesmos sociologicamente interessantes. Algumas das grandes doutrinas sociológicas, como o marxismo, estão centralizadas, aliás, em fenômenos de violência, revoluções e guerras.

Tocqueville explica primeiramente que os costumes das sociedades democráticas tendem a se abrandar, que o relacionamento entre os americanos tende a ser simples e fácil, pouco artificial e pouco estilizado. Desaparecem os refinamentos sutis e delicados da polidez aristocrática, cedendo lugar a uma espécie de "bon-ménisme" (para empregar uma linguagem moderna). O estilo das relações entre os indivíduos, nos Estados Unidos, é direto. Mais ainda: as relações entre senhores e servidores tendem a ser do mesmo tipo das relações entre as pessoas da mesma origem social. A gradação da hierarquia aristocrática que sobrevive nas relações interindividuais, nas sociedades européias, desaparece cada vez mais numa sociedade fundamentalmente igualitária como é a americana.

Tocqueville tem consciência de que esse fenômeno está associado às particularidades da sociedade americana, mas é tentado a acreditar que as sociedades européias evoluirão no mesmo sentido, à medida que se democratizem.

Depois, examina as guerras e as revoluções, em função desse tipo ideal da sociedade democrática:

Afirma, em primeiro lugar, que as grandes revoluções políticas ou intelectuais pertencem à fase de transição entre as sociedades tradicionais e as sociedades democráticas, e não à essência destas últimas. Em outras palavras, as grandes revoluções nas sociedades democráticas se tornam raras. Contudo, essas sociedades serão naturalmente sociedades insatisfeitas<sup>21</sup>.

Tocqueville escreve que as sociedades democráticas nunca podem estar satisfeitas, porque, como são igualitárias, fomentam a inveja; contudo, a despeito dessa turbulência superficial, são fundamentalmente conservadoras.

As sociedades democráticas são anti-revolucionárias, pela razão profunda de que, à medida que melhoram as condições de vida, aumenta o número dos que têm alguma coisa a perder com uma revolução. Nas sociedades democráticas, muitos indivíduos e classes têm um certo patrimônio, e não se arriscam a perder seus bens nas incertezas da revolução<sup>22</sup>.

Acredita-se que as sociedades novas vão mudar a cada dia; eu, porém, temo que terminem por se fixar de modo invariável nas mesmas instituições, nos mesmos preconceitos, nos mesmos costumes, de tal modo que o gênero humano se detenha e se limite, que o espírito se dobre e se feche eternamente sobre si mesmo, sem produzir novas idéias; que o homem se esgote em pequenos movimentos estêreis e solitários, e que a humanidade deixe de avançar, perdendo-se numa agitação incessante. (O. C., t. I, vol. 2, p. 269.)

Neste ponto o aristocrata tem e não tem razão. Tem razão na medida em que as sociedades democráticas

desenvolvidas são de fato mais querulosas do que revolucionárias. Não tem razão, contudo, quando subestima o princípio do movimento que anima as sociedades democráticas modernas, a saber, o desenvolvimento da ciência e da indústria. Sua tendência era combinar as duas imagens, a das sociedades fundamentalmente estabilizadas e a daquelas basicamente preocupadas com o bem-estar; mas o que não viu com suficiente atenção foi que a preocupação com o bem-estar, associada ao espírito científico, provoca um processo ininterrupto de descobertas e inovações técnicas. Um princípio revolucionário, a ciência, trabalha no seio das sociedades democráticas, que sob outros pontos de vista são essencialmente conservadoras.

Tocqueville foi marcado profundamente pelas lembranças da Revolução: seus pais tinham sido aprisionados durante o Terror, sendo salvos da guilhotina pelo 9 termidor. Muitos dos seus parentes, entre eles Malesherbes, tinham sido guilhotinados. Por isso era espontaneamente contrário às revoluções e, como qualquer pessoa, encontrava razões convincentes para justificar seus sentimentos<sup>23</sup>.

Uma das melhores proteções das sociedades democráticas contra o despotismo, dizia, é o respeito à legalidade. Ora, por definição, as revoluções violam a legalidade. Habitavam os homens a não respeitar a lei. Este desprezo pela lei sobrevive às revoluções e se torna uma das causas possíveis do despotismo. Tocqueville se inclinava a acreditar que quanto mais as sociedades democráticas fizessem revoluções, mais correriam perigo de se tornarem despóticas.

Isso talvez seja uma justificação de sentimentos anteriores; o que não significa que o raciocínio seja falso.

Tocqueville pensava que as sociedades democráticas seriam pouco propensas à guerra. Incapazes de preparar a guerra em tempos de paz, seriam incapazes de terminá-la uma vez que a tivessem iniciado. Desse ponto de vista, traçou um retrato bastante fiel da política externa dos Estados Unidos até uma data recente.

A guerra é considerada pela sociedade democrática como um intervalo desagradável na sua existência normal, que é pacífica. Em tempos de paz, pensa-se o menos possível na guerra e não se toma nenhuma precaução; assim, as primeiras batalhas são geralmente derrotas. Contudo, se o Estado democrático não é inteiramente derrotado no curso dos primeiros combates, termina por se mobilizar completamente, e leva a guerra até a vitória total.

Tocqueville nos dá uma bela descrição da guerra total das sociedades democráticas do século XX:

Quando a guerra, prolongando-se, afasta finalmente todos os cidadãos dos seus trabalhos pacíficos, provocando o fracasso dos seus pequenos empreendimentos, o que acontece é que a mesma paixão que os fazia atribuir tanta importância à paz leva-os às armas. Depois de destruir todas as indústrias, a guerra se torna em si mesma uma grande e exclusiva indústria, para a qual se dirigem de todas as partes os desejos ardentes e ambiciosos que a igualdade fez nascer. É por isso que estas mesmas nações democráticas, que têm tanta dificuldade em se mover para o campo de batalha, realizam às vezes feitos prodigiosos. (O. C., t. I, vol. 2, p. 283.)

O fato de que as sociedades democráticas sejam pouco inclinadas à guerra não significa que não entrem em guerra. Tocqueville considerou que possivelmente

fariam a guerra, e que esta contribuiria para acelerar a centralização administrativa que abominava e que via triunfar em todos os lugares.

Por outro lado, temia (e neste ponto creio que se equivocou) que nas sociedades democráticas os exércitos fossem, como diríamos hoje, belicistas. Mostra-va, por meio de uma análise clássica, que os soldados profissionais, em particular os suboficiais, gozando de pouco prestígio em tempo de paz e encontrando as dificuldades de promoção conseqüentes da baixa mortalidade dos oficiais em períodos normais, se inclinavam mais a desejar a guerra do que os homens comuns. Confesso minha inquietação com essas precisões no aleatório. Não decorrerão de uma propensão excessiva à generalização?<sup>24</sup>

Por fim, Tocqueville acreditava que, se surdissem déspotas nas sociedades democráticas, eles seriam tentados a fazer a guerra, para reforçar seu poder e ao mesmo tempo para satisfazer seus exércitos.

A quarta e última parte é conclusiva. As sociedades modernas são atravessadas por duas revoluções: uma tende a realizar a igualdade crescente de condições, a uniformidade das maneiras de viver, mas também a concentrar cada vez mais a administração na cúpula, a reforçar indefinidamente os poderes da gestão administrativa; a outra debilita sem cessar os poderes tradicionais.

Supondo-se essas duas revoluções, revolta contra o poder e centralização administrativa, as sociedades democráticas enfrentam a alternativa das instituições livres ou do despotismo.

Assim, duas revoluções parecem operar atualmente em sentidos contrários, uma debilitando continuamente o poder, a outra revigorando-o sem cessar. Em nenhuma outra época da nossa história o poder pareceu tão fraco, ou tão forte. (O. C., t. I, vol. 2, p. 320.)

É uma bela antítese, mas não está formulada com exatidão. O que Tocqueville quer dizer é que o poder se enfraquece, e ao mesmo tempo sua esfera de ação se amplia. Na realidade, ele visa à ampliação das funções administrativas e estatais e ao enfraquecimento do poder político de decisão. A antítese teria sido talvez menos retórica e mais marcante se Tocqueville tivesse posto em oposição a ampliação de um lado e o enfraquecimento do outro, em lugar de opor, como ele fez, revigoração e enfraquecimento.

Como homem político, Tocqueville é um solitário, ele próprio o disse. Procedendo do partido legitimista, uniu-se, não sem hesitação e escrúpulos de consciência, à dinastia de Orléans, pois de certo modo rompia com a tradição familiar. Mas tinha posto na Revolução de 1830 a esperança de que se realizaria finalmente seu ideal político, isto é, a combinação de uma democracia da sociedade e de um reforço das instituições liberais sob a forma da síntese que parecia desprezível a Auguste Comte e desejável a seus olhos: a monarquia constitucional.

A Revolução de 1848 o deixou consternado, pois lhe pareceu ser a prova de que a sociedade francesa era incapaz de liberdade política.

Estava portanto só, separado dos legitimistas pela razão e dos orleanistas pelo coração. No parlamento ti-

nha feito parte da oposição dinástica, mas havia conde-nado a campanha dos banqueiros, explicando à oposição que, ao tentar conseguir uma reforma da lei eleitoral, mediante tais procedimentos de propaganda, ela iria derrubar a dinastia. Em 27 de janeiro de 1848 fez um discurso profético, em resposta ao Discurso do Trono, anunciando a revolução que se aproximava. No entanto, ao redigir suas memórias, depois da Revolução de 1848, confessa muito francamente que tinha sido melhor profeta do que esperava, no momento em que pronunciou seu discurso. Anunciei a revolução, dirá ele em substância, e meus ouvintes pensaram que exagerava; e eu também pensava. A revolução estourou cerca de um mês depois de ele a ter anunciado, no meio do ceticismo geral, que ele compartilhava<sup>25</sup>.

Depois da Revolução de 1848 Tocqueville teve a experiência da República, que ele queria que fosse liberal, ocupando durante alguns meses o posto de Ministro dos Negócios Estrangeiros<sup>26</sup>.

Politicamente, Tocqueville pertence, portanto, ao Partido Liberal, isto é, a um partido que provavelmente tem poucas oportunidades de encontrar satisfação, ainda que em querelas, na vida política francesa.

Como sociólogo, Tocqueville pertence à descendência de Montesquieu. Combina o método do retrato sociológico com a classificação dos tipos de regime e dos tipos de sociedade, e a propensão a construir teorias abstratas a partir de um pequeno número de fatos. Opõe-se aos sociólogos considerados como clássicos, Auguste Comte ou Marx, pela rejeição das sínteses amplas, que pretendem prever o curso da história. Não acredita que a história passada tenha sido determinada por leis inexoráveis e que os acontecimentos futuros estejam pre-

determinados. Como Montesquieu, Tocqueville deseja tornar a história inteligível, não quer suprimi-la. Ora, os sociólogos do tipo de Comte e de Marx estão sempre inclinados a suprimir a história, pois conhecê-la antes de que se realize é tirar-lhe a dimensão propriamente humana, a da ação e da imprevisibilidade.

- 1805 29 de julho. Nasce Alexis de Tocqueville em Verneuil. É o terceiro filho de Hervé de Tocqueville e sua esposa, da família Rosambos, neta de Malesherbes – antigo diretor da Biblioteca, nos tempos da *Encyclopédie*, e depois advogado de Luis XVI. Os pais de Alexis de Tocqueville estiveram presos em Paris na época do Terror, tendo escapado da morte com o 9 termidor. Na Restauração, Hervé de Tocqueville foi prefeito em vários departamentos, entre eles Moselle e Seine-et-Oise.
- 1810-25 Estudos sob a direção do abade Lesueur, antigo preceptor de seu pai. Estudos secundários no Colégio de Metz. Estudos de direito em Paris.
- 1826-27 Viagem à Itália em companhia do irmão Édouard. Estada na Sicília.
- 1827 Nomeado, por ordem do rei, juiz-auditor em Versalhes, onde seu pai reside desde 1826, como prefeito.
- 1828 Encontro de Mary Motley. Noivado.
- 1830 A contragosto, Tocqueville presta juramento a Louis-Philippe. Escreve à noiva: "Finalmente, acabo de prestar juramento. Minha consciência não me reprova, mas nem por isso me sinto menos profundamente ferido; considerarei este dia como um dos mais infelizes da minha vida."
- 1831 Tocqueville e Gustave de Beaumont, seu amigo, solicitam e obtêm do ministro do Interior uma missão para estudar, nos Estados Unidos, o sistema penitenciário americano.
- 1831-32 De maio de 1831 a fevereiro de 1832, permanência nos Estados Unidos; viagem através da Nova Inglaterra, Québec, o Sul (Nova Orleans) e o Oeste, até o lago Michigan.
- 1832 Tocqueville pede demissão como magistrado, em solidariedade a seu amigo Gustave de Beaumont, demitido por ter recusado se pronunciar num caso em que a participação do ministério público não lhe parecia honrosa.
- 1833 *Du système pénitentiaire aux États-Unis et de son application en France*, seguido de um apêndice sobre as colônias; de G. de Beaumont e A. de Tocqueville, advogados da Corte Real de Paris, membros da Sociedade Histórica da Pensilvânia.
- 1835 Publicação dos tomos I e II de *A democracia na América*, com grande êxito. Nova viagem à Inglaterra e à Irlanda.
- 1836 Casamento com Mary Motley.  
Artigo na *London and Westminster Review*, "L'état social et politique de la France avant et depuis 1789".  
Viagem à Suíça.
- 1837 Tocqueville se apresenta pela primeira vez às eleições legislativas; tendo recusado o apoio oficial – apesar de este lhe ter sido oferecido pelo conde Molé, seu parente –, foi derrotado.
- 1838 Eleito membro da *Académie des sciences morales et politiques*.
- 1839 Tocqueville é eleito, por grande maioria de votos, deputado de Vologne, circunscrição em que está situado o castelo de Tocqueville. Até se retirar da política, em 1851, será muitas vezes reeleito.
- 1840 Relator do projeto de lei sobre a reforma das prisões. Publicação dos tomos III e IV de *La démocratie en Amérique*: o êxito é menor do que em 1835.



- 1841 Tocqueville é eleito para a Académie française. Viagem à Argélia.
- 1842-44 Membro da comissão extraparlamentar sobre as questões africanas.
- Eleito conselheiro geral da Mancha, como representante dos cantões de Sainte-Mère-Église e de Montebourg.
- 1846 Outubro-dezembro. Nova viagem à Argélia.
- 1847 Relator dos créditos extraordinários para a Argélia. Em relatório, Tocqueville estabelece sua doutrina sobre a questão da Argélia. Com relação aos indígenas muçulmanos, preconiza uma atitude firme mas interessada pelo seu bem-estar, recomendando ao governo que incentive ao máximo a colonização europeia.
- 1848 27 de janeiro. Discurso na Câmara: "Creio que neste momento estamos dormindo sobre um vulcão."
- 23 de abril. Nas eleições por sufrágio universal para a Assembleia Constituinte, Tocqueville mantém seu mandato.
- Junho. Membro da comissão incumbida de elaborar a nova Constituição.
- Dezembro. Nas eleições presidenciais, Tocqueville vota em Cavaignac.
- 1849 2 de junho. Tocqueville torna-se ministro dos Negócios Estrangeiros. Escolhe Arthur de Gobineau como chefe de gabinete e nomeia Beaumont embaixador em Viena.
- 30 de outubro. Tocqueville é obrigado a pedir demissão. (Sobre este período, leia-se *Souvenirs*.)
- 1850-51 Tocqueville escreve *Souvenirs*.
- A partir de 2 de dezembro, retira-se da vida política.
- 1853 Instalado perto de Tours, pesquisa sistematicamente, nos arquivos da cidade, a documentação proveniente da Ancienne Généralité para obter informações sobre a Société d'Ancien Régime.
- 1854 Junho a setembro. Viagem à Alemanha, para estudar o antigo sistema feudal e o que resta dele no século XIX.
- 1856 Publicação da primeira parte de *L'Ancien Régime et la Révolution*.

- 1857 Viagem à Inglaterra para consultar documentos sobre a história da Revolução. Para retornar à França, o Almirante britânico coloca à sua disposição um navio de guerra como forma de homenagem.
- 1859 Morre em Cannes, no dia 16 de abril.

## Notas

1. Embora racionalmente Tocqueville seja favorável a uma sociedade desse tipo, cujo objetivo e justificativa consistem em assegurar o máximo de bem-estar ao maior número possível de pessoas, com o coração ele não aceita sem reservas uma sociedade em que o sentido da grandeza e da glória tende a se perder. No prefácio de *La démocratie en Amérique*, ele escreve: "A nação considerada como um corpo coletivo será menos brilhante, menos gloriosa, menos forte, talvez; mas a maioria dos cidadãos destruirá de condições mais prósperas, e o povo mostrar-se-á pacífico, não por ter desperado de estar melhor, mas porque sabe que está bem." (O. C., t. I, vol. 1, p. 8.)
2. No prefácio de *La démocratie en Amérique*, Tocqueville escreve: "Uma grande revolução democrática está se operando entre nós; todos a enxergam, mas nem todos a julgam da mesma maneira. Uns a consideram como uma coisa nova e, tomando-a como um acidente, esperam ainda poder detê-la; outros a julgam irresistível, porque ela lhes parece o fato mais contínuo, mais antigo e mais permanente que se conhece na história." (O. C., t. I, vol. 1, p. 1.) "O desenvolvimento gradual da igualdade de condições é, portanto, um fato providencial, e tem dele as principais características: é universal,

é duradouro, escapa a cada dia do poder humano; todos os acontecimentos, assim como todos os homens, estão a serviço do seu desenvolvimento..." O livro todo foi escrito sob a impressão de uma espécie de terror religioso produzido na alma do autor pela observação dessa revolução irresistível, que caminha há tantos séculos transpondo todos os obstáculos, e que vemos avançar, ainda hoje, por entre as ruínas que ela provocou... "Se longas observações e reflexões sinceras levassem os homens de hoje a reconhecer que o desenvolvimento gradual e progressivo da igualdade é, ao mesmo tempo, o passado e o futuro da sua história, esta descoberta por si só daria a esse desenvolvimento o caráter sagrado da vontade do senhor soberano. Querer deter a democracia pareceria então lutar contra Deus mesmo e, às nações, só restaria acomodar-se ao Estado social que a Providência lhes impõe." (*Ibid.*, pp. 4 e 5.)

3. Notadamente nos capítulos 18, 19 e 20 da segunda parte do segundo volume de *La démocratie en Amérique*. O capítulo 18 se intitula: "Por que entre os norte-americanos todas as profissões são consideradas honrosas"; o cap. 19, "O que faz com que quase todos os americanos se inclinem para as profissões liberais"; o cap. 20, "De que modo a indústria poderia dar origem à aristocracia". No cap. 19, Tocqueville escreve: "Os americanos chegaram ainda ontem à terra onde moram e já alteraram toda a ordem da natureza em seu proveito. Uniram o Hudson ao Mississippi, e puseram o oceano Atlântico em comunicação com o golfo do México, através de mais de quinhentas léguas de continente que separam esses dois mares. As estradas de ferro mais longas já construídas estão nos Estados Unidos." (O. C., t. I, vol. 2, p. 162.)

4. Cap. XX, segunda parte, 2º volume de *La démocratie en Amérique*. Esse capítulo se intitula: "De que modo a aristocracia poderia dar origem à indústria". Tocqueville escreve: "À medida que a massa da nação se volta para a democracia, a classe específica que se ocupa das indústrias se torna mais aristocrática. Numa, os homens cada vez mais se assemelham uns aos outros; na outra, cada vez mais os homens di-

ferem entre si: a desigualdade aumenta na pequena sociedade na mesma proporção em que diminui na grande sociedade. É assim que, quando remontamos à origem, parece-me que vemos a aristocracia sair, por meio de um esforço natural, do próprio seio da democracia." Tocqueville baseia essa observação numa análise dos efeitos psicológicos e sociais da divisão do trabalho. O operário que passa a vida fazendo cabeças de alfinete – esse exemplo Tocqueville tomou emprestado de Adam Smith – se degrada. Só se tornará um bom operário na medida em que for menos homem, menos cidadão – pensamos aqui em certas páginas de Marx. O patrão, pelo contrário, adquire o hábito do comando e, no vasto mundo dos negócios, seu espírito alcança a percepção das totalidades. E isso no mesmo momento em que a indústria atrai para si os homens ricos e instruídos das antigas classes dirigentes. Tocqueville, no entanto, logo acrescenta: "Mas essa aristocracia não se assemelha às que a precederam...". A conclusão é bastante característica do método e dos sentimentos de Tocqueville: "Penso que, em última análise, a aristocracia manufatureira a cuja ascensão nós assistimos é uma das mais duras que apareceram no mundo; mas ela é, ao mesmo tempo, uma das mais restritas e das menos perigosas. De qualquer forma, é para esse lado que os amigos da democracia devem voltar seus olhares apreensivamente, pois se alguma dia a desigualdade permanente de condições e a aristocracia penetrarem novamente no mundo, pode-se prever que elas entrarão por essa porta." (O. C., t. I, vol. 2, pp. 166-7.)

5. Existem duas obras americanas importantes sobre esse assunto. Um historiador americano em particular, G. W. Pierson, reconstituiu a viagem de Tocqueville, detalhou os encontros do viajante com as personalidades americanas, identificou a origem de algumas de suas idéias; em outros termos, confrontou Tocqueville como intérprete da sociedade americana com seus informantes e comentaristas: G. W. Pierson, *Tocqueville and Bennett in America*, Nova York, Oxford University Press, 1938; Doubleday Anchor Books, 1959.

O segundo volume do primeiro tomo de *Oeuvres complètes* contém uma longa bibliografia sobre os problemas tratados em *A democracia na América*. Essa bibliografia foi compilada por J.-P. Mayer.

6. Seria oportuno estudar também as muitas páginas que Tocqueville escreveu sobre o sistema jurídico norte-americano, a função legal e até mesmo política do júri.

7. Deve-se acrescentar que Tocqueville provavelmente é injusto: as diferenças entre as relações dos americanos com os indígenas e as relações hispano-indígenas não estão ligadas apenas à atitude adotada por uns e outros, mas também às diferenças quanto à densidade dos povoados indígenas do Norte e do Sul.

8. Duas obras de Léo Strauss foram traduzidas para o francês. *De la tyrannie*, precedida do *Héron* de Xenofonte e seguida de *Tyrannie et sagesse*, de Alexandre Kojève, Paris, Gallimard, 1954; *Droit naturel et histoire*, Paris, Plon, 1954.

Ver também: *Persecution and the Art of Writing*, Glencoe, The Free Press, 1952, *The Political Philosophy of Hobbes: its Basis and its Genesis*, Chicago, University of Chicago Press, 1952.

(Segundo Léo Strauss: "A ciência política clássica deve sua existência à perfeição humana ou à maneira pela qual os homens deveriam viver, e ela atinge seu ponto culminante na descrição do melhor sistema político. Esse sistema devia ser realizável sem nenhuma mudança, milagrosa ou não, na natureza humana, mas sua realização não era considerada como provável, porque acreditava-se que ela dependia do acaso. Maquiavel ataca essa idéia, ao mesmo tempo pedindo que cada um avalie suas posições, não sobre a questão de saber como os homens deveriam viver, mas como eles vivem realmente, e sugerindo que o acaso pode ser, ou é, controlado. É esta crítica que estava na base de todo o pensamento político especificamente moderno." *Idé la tyrannie, op. cit.*, p. 45.)

9. J.-F. Gravier, *Paris et le désert français*, 1ª ed., Paris, Le Portulan, 1947, 2ª ed., totalmente modificada, 1958. O primeiro capítulo desse livro contém, aliás, como epígrafe, uma citação de *O Antigo Regime e a Revolução*.

Ver também, do mesmo autor, *L'aménagement du territoire et l'avenir des régions françaises*, Paris, Flammarion, 1964.

10. O capítulo 4 do livro III de *L'Ancien Régime et la Révolution* intitulada-se: "Que le règne de Louis XIV a été l'époque la plus prospère de l'ancienne monarchie et comment cette prospérité même hâta la Révolution". (Como o reinado de Luis XIV foi a época mais próspera da antiga monarquia e como esta mesma prosperidade precipitou a Revolução) (*O. C.*, t. II, vol. 1, pp. 218-25.) Esta idéia que, à sua época, era relativamente nova foi retomada pelos historiadores modernos da Revolução. A. Mathiez escreve: "A Revolução não eclodirá num país esgotado, mas, ao contrário, num país flo-rescente, em pleno progresso. A miséria, que às vezes determina insurreições, não pode provocar as grandes alterações sociais. Estas surgem sempre do desequilíbrio entre as classes." (*La Révolution Française*, t. I: *La chute de la royauté*, Paris, Armand Colin, 1951, 1ª ed. de 1921, p. 13.) Ela foi mais bem definida por Ernest Labrousse em sua grande obra: *La crise de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la Révolution*, Paris, P.U.F., 1944.

11. Na Rússia, entre 1890 e 1913 o número dos trabalhadores industriais dobrou, passando de 1,5 para 3 milhões. A produção das empresas industriais se multiplicou por 4. A produção de carvão passou de 5,3 para 29 milhões de toneladas; a de aço, de 0,7 para 4 milhões de toneladas; a de petróleo, de 3,2 para 9 milhões de toneladas. De acordo com Prokopowicz, em valor constante a renda nacional russa aumentou globalmente de 40%, e a renda *per capita*, de 17%, entre 1900 e 1913. Os progressos no campo da educação foram também consideráveis. Em 1874, só 21,4% dos homens sabiam ler e escrever; em 1914, essa porcentagem era de 67,8%. Entre 1880 e 1914, o número de alunos da escola elementar passou de 1.141.000 para 8.147.000. Já em 1899, em *O capitalismo na Rússia*, Lênin observava que os progressos da indústria eram mais rápidos na Rússia do que na Europa ocidental, e mesmo nos Estados Unidos. Acrescentava: "O

desenvolvimento do capitalismo nos países jovens é muito acelerado pela ajuda e pelo exemplo dos países velhos." Em 1914, um economista francês, Edmond Théry, de volta de longa viagem de estudo na Rússia, afirmava, num livro intitulado *La transformation économique de la Russie*: "Se entre 1912 e 1950 as coisas se passarem, nas grandes nações da Europa, como entre 1900 e 1912, em meados deste século a Rússia dominará a Europa, tanto do ponto de vista político como do econômico e financeiro." As características do crescimento russo antes de 1914 eram:

- participação muito grande do capital estrangeiro (o que se traduzia, no plano do comércio exterior, por um grande déficit da balança comercial);
- estrutura moderna e concentrada do capitalismo;
- grande influência do Estado czarista tanto no estabelecimento da infra-estrutura como na organização dos circuitos financeiros.

12. H. Taine, *Les origines de la France contemporaine*, Paris, Hachette, 1876-93. A obra de Taine compreende três partes: I. *L'Ancien Régime* (2 vols.); II. *La Révolution* (6 vols.); III. *Le régime moderne* (3 vols.). Os três textos sobre o papel dos intelectuais na crise do Antigo Regime e a evolução da Revolução constam dos livros III e IV da primeira parte. Esses livros intitulam-se: "L'esprit et la doctrine", "La propagation de la doctrine". Ver principalmente os capítulos 2 (L'esprit classique) 3 e 4 do livro III. Para corrigir o que há de excessivo nesta interpretação, leia-se o excelente livro de D. Mornet, *Les origines intellectuelles de la Révolution*, Paris, 1933. D. Mornet demonstra que, em grande medida, os escritores e homens de letras não tinham semelhança com a imagem que nos dá o respeito deles Tocqueville e Taine.

13. *Oeuvres complètes*, t. II, *L'Ancien Régime et la Révolution*, vol. 1, p. 302. O capítulo 2 do livro III intitulada-se: "Comment l'irréligion avait pu devenir une passion générale et dominante chez les Français du XVIII<sup>e</sup> siècle et quelle sorte d'influence cela eut sur le caractère de la Révolution". (Como a irre-

ligião pôde se tornar uma paixão geral e dominante nos franceses do séc. XVIII e que tipo de influência isso teve no caráter da Revolução.)

14. "Não sei se, em última análise, e a despeito dos visões chocantes de alguns dos seus membros, houve jamais em todo o mundo um clero mais notável do que o clero católico da França, no momento em que foi surpreendido pela Revolução - mais esclarecido, mais nacionalista, menos entranheado em suas virtudes privadas, dotado de virtudes públicas e, ao mesmo tempo, de mais fé; a perseguição bem o demonstrou. Iniciei o estudo da antiga sociedade cheio de preconceitos contra ele; concluí-o cheio de respeito." (O. C., t. II, vol. 1, p. 173.)

15. Este retrato sintético se encontra no final de *L'Ancien Régime et la Révolution*. Começa com estas palavras: "Quando considero esta nação em si mesma, acho-a mais extraordinária do que qualquer dos eventos de sua história. Terá jamais aparecido no mundo..." (O. C., t. II, vol. 1, pp. 249-50.) Tocqueville anuncia-o assim: "Sem uma visão clara da antiga sociedade, de suas leis, de seus vícios, de seus preconceitos, de suas misérias, de suas grandezas, jamais se compreenderá o que os franceses fizeram durante os sessenta anos que se seguiram à sua queda; mas essa visão ainda não seria suficiente se não penetrássemos na própria natureza de nossa nação."

16. Tocqueville tem muita consciência dessa dificuldade. No prefácio do segundo volume de *La démocratie en Amérique*, afirma: "Devo prevenir o leitor, imediatamente, contra um erro que me seria muito prejudicial. Vendo-me atribuir tantos efeitos diversos à igualdade, ele poderia concluir que a considero causa única de tudo o que acontece em nossos dias. Isto seria me atribuir um ponto de vista muito estreito. Há, em nossa época, muitas opiniões, sentimentos e instintos que devem sua origem a fatos estranhos, e até mesmo contrários, à igualdade. Assim, se eu tomasse os Estados Unidos como exemplo, provaria facilmente que a natureza do país, a origem dos seus habitantes, a religião dos fundadores, as luzes que adquiriram e seus hábitos anteriores exerceram

e exercem ainda uma imensa influência sobre sua maneira de pensar e de sentir, independentemente da democracia. Na Europa encontraríamos causas diferentes, mas também distintas do fato da igualdade, que explicariam em boa parte o que acontece ali. Reconheço a existência de todas essas diferentes causas e seu poder, mas meu tema não é esse. Não estou empenhado em demonstrar a razão de todas as nossas inclinações e de todas as nossas idéias; quis somente fazer ver em que a igualdade tinha modificado umas e outras." (O. C., t. I, vol. 2, p. 7)

17. Primeira parte, cap. VIII: "Como a igualdade sugere aos norte-americanos a idéia da perfectibilidade indefinida do Homem" (O. C., t. I, vol. 2, pp. 39-40.)

18. Primeira parte, cap. X: "Por que os norte-americanos se interessam mais pela prática das ciências do que pela sua teoria" (O. C., t. I, vol. 2, pp. 46-52.)

19. Primeira parte, cap. XIII a XIX, especialmente o cap. XIII: "Fisionomia literária dos séculos democráticos" e o cap. XVII: "Sobre algumas fontes de poesia nas nações democráticas".

20. Primeira parte, cap. XX: "Sobre algumas tendências particulares dos historiadores nos séculos democráticos". (O. C., t. I, vol. 2, pp. 89-92.)

21. Relendo Tocqueville, percebi que uma idéia que eu considerava mais ou menos como minha, e que já havia exposto nas minhas aulas sobre a sociedade industrial e a luta de classes, já se encontrava, com palavras diferentes, em Tocqueville: o gosto das sociedades industriais modernas pela guerra. Vide R. Aron, *Dix-huit leçons sur la société industrielle*, Paris, Gallimard, 1962 (Ed. brasileira: *Dezesseis lições sobre a sociedade industrial*, São Paulo, Martins Fontes, 1981, trad. Sérgio Bath. N. do E.); *La lutte de classes*, Paris, Gallimard, 1964.

22. "Nas sociedades democráticas a maioria dos cidadãos não vêem claramente o que poderiam ganhar com uma revolução, sentindo, contudo, a cada instante e de mil maneiras, o que poderiam perder." (O. C., t. I, vol. 2, p. 260.) "Se houver algum dia grandes revoluções nos Estados Unidos da

América, elas serão provocadas pela presença dos negros em solo americano; isto é: sua origem não será a igualdade de condições, mas, ao contrário, a desigualdade." (*Ibid.*, p. 263.)

23. "Lembro-me, como se fosse hoje, de uma noite, num castelo onde morava meu pai, em que uma festa de família reunira muitos dos nossos parentes próximos: Os empregados foram mantidos afastados. Toda a família estava reunida em torno da lareira. Minha mãe, que tinha a voz suave e penetrante, pôs-se a cantar uma ária famosa durante o período dos distúrbios, cuja letra fazia referência às desgraças do rei Luís XVI, e à sua morte. Quando ela terminou, todos choravam; não pelas muitas misérias individuais sofridas, nem pelos muitos parentes perdidos na guerra civil e no cadafalso, mas pelo destino daquele homem morto havia mais de quinze anos, e que a maior parte daqueles que vertiam lágrimas por ele nunca tinha visto. Mas aquele homem tinha sido o rei." (Citado por J.-P. Mayer, in *Alexis de Tocqueville*, Paris, Gallimard, 1948, p. 15.)

24. Sobre esse assunto, ver o cap. XXIII da terceira parte: "Qual é, nos exércitos democráticos, a classe mais guerreira e mais revolucionária". Tocqueville termina esse capítulo assim: "Em todo exército democrático, é sempre o suboficial que representará menos o espírito pacífico e regular do país e o soldado que o representará melhor. O soldado tratará para a carreira militar a força ou a fraqueza dos costumes nacionais; ele fará com que apareça só a imagem fiel da nação. Se ela é ignorante e fraca, ele deixará que seus chefes o levem à desordem, sem que o perceba ou à sua revelia. Se ele for esclarecido e energético, ele mesmo os manterá dentro da ordem." (*O. C.*, t. I, vol. 2, p. 280.)

25. Esse discurso se encontra, na edição de *Oeuvres complètes*, de J.-P. Mayer, como um dos apêndices do segundo volume de *La démocratie en Amérique*. *O. C.*, t. I, vol. 2, pp. 368-9. Foi pronunciado em 27 de janeiro de 1848 durante a discussão do projeto de mensagem em resposta ao discurso do trono. Nesse discurso, Tocqueville denunciava a indignidade da classe dirigente, que ficara clara nos inúmeros escândalos

do fim do reinado de Louis-Philippe. Tocqueville concluiu: "Será que os senhores não sentem, por uma espécie de intuição instintiva que não se pode analisar, mas que é certa, que mais uma vez o solo da Europa está tremendo? Será que os senhores não sentem... como diria? um vento de revoluções que está no ar? Não se sabe onde esse vento nasce, nem de onde vem, e nem, acreditem, quem ele arrebatou: e é numa época como esta que os senhores se mantêm tranquilos diante da degradação dos costumes públicos pois essa palavra não é forte demais."

26. Teve, como chefe de gabinete, Arthur de Gobineau, ao qual continuou ligado por uma grande amizade, apesar da incompatibilidade radical das respectivas idéias. Mas nessa época Gobineau ainda era jovem, e Tocqueville já era um homem famoso. Em 1848, os dois volumes de *La démocratie en Amérique* já tinham sido publicados, e Gobineau ainda não havia escrito nem *Essai sur l'Inégalité des races humaines*, nem suas grandes obras literárias (*Les pléiades*, *Les nouvelles asiatiques*, *La Renaissance*, *Adelante* e *Mademoiselle Irnois*).

**Raymond Aron**

---

**As Etapas do  
Pensamento Sociológico**

Tradução  
SÉRGIO BATH



**Martins Fontes**  
São Paulo 2002